

Prefeitura Municipal de Salvador do Estado da Bahia

SALVADOR – BA

Professor Educação Infantil ao 5º ano

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume I

AB033-19-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Salvador do Estado da Bahia

Professor Educação Infantil ao 5º ano

Atualizada até 03/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Atualidades - Profª Leticia Veloso

Processo Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Conhecimentos Pedagógicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Legislação Específica - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Conhecimentos Específicos - Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos Específicos - Matemática - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Conhecimentos Específicos - Ciências da Natureza - Profª Janaina Lopes de Oliveira

Conhecimentos Específicos - História/ Geografia - Profª Janaina Lopes de Oliveira

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Érica Duarte

Leandro Filho

Karina Fávaro

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina

Thais Regis

Danna Silva

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.	01
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português.	11
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos.	14
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual.....	56
Ortografia.....	78
Acentuação gráfica.....	82
Emprego do sinal indicativo de crase.....	84
Pontuação.....	86
Estilística: figuras de linguagem.....	89
Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.....	89

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	01
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	01
Operações com conjuntos.....	23
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	27

ATUALIDADES

O Brasil e o mundo: noções gerais sobre a economia, a política e as relações exteriores.....	01
A questão ambiental: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental.....	01
Descobertas e inovações científicas e seus impactos na sociedade contemporânea.....	01
Sociedade brasileira: formação, estrutura e organização; pobreza e exclusão social; preconceito e discriminação..	09
Cultura brasileira: artes, arquitetura, cinema, televisão, música e teatro. Panorama da economia brasileira.....	09
O Estado da Bahia: aspectos fisiográficos; noções gerais sobre a vida econômica, social, política e tecnológica.....	25
recursos hídricos e responsabilidade socioambiental.....	25

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Processo de ensinar e aprender.....	01
Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância.....	03
Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.....	14
Alfabetização e letramento.....	21
Linguagem oral e escrita.....	28
Produção de textos.....	33
Precursos e seguidores da Literatura Infantil no Brasil.....	82
Alfabetização e letramento.....	189
Processos cognitivos na alfabetização.....	21
A construção e desenvolvimento da leitura e escrita.....	33
A formação do pensamento lógico da criança.....	96
O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem.....	33
A alfabetização nos diferentes momentos históricos.....	97
A função social da alfabetização.....	105
A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.....	105
Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo.....	109
As etapas do processo de alfabetização.....	115
A importância da consciência fonológica na alfabetização.....	115
A tecnologia a favor da alfabetização.....	117
A perspectiva infantil na fase da alfabetização.....	189
A função social da escola pública contemporânea.....	124
Desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição da criança.....	109
A brincadeira e o desenvolvimento infantil.....	126
Fundamentos da Educação. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	129
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação.....	145
Educação em direitos humanos, democracia e cidadania.....	146
A função social da escola; inclusão educacional e respeito à diversidade.....	149
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.....	192
Didática e organização do ensino.....	163
Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.....	170
Novas tecnologias da informação e comunicação, e sua contribuição com a prática pedagógica.....	178
Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.....	182

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.	01
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português.....	11
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos.....	14
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação;	56
Concordância nominal e verbal;.....	64
Transitividade e regência de nomes e verbos;.....	71
Padrões gerais de colocação pronominal no português;.....	76
Mecanismos de coesão textual.	76
Ortografia.....	78
Acentuação gráfica.....	82
Emprego do sinal indicativo de crase.	84
Pontuação.	86
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.....	89
Redação Oficial.	108

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA.

INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar/relacionar** o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

1. Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

2. Interpretar/Compreender

Interpretar significa:

Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.

Através do texto, infere-se que...

É possível deduzir que...

O autor permite concluir que...

Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

*Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.
O texto diz que...
É sugerido pelo autor que...
De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...
O narrador afirma...*

3. Erros de interpretação

- **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolção. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação:

Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

3. Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*
 - Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.
 - Leia o texto, pelo menos, duas vezes – *ou quantas forem necessárias.*
 - *Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).*
 - **Volte ao texto quantas vezes precisar.**
 - **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**
 - Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.
 - **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**
 - O autor defende ideias e você deve percebê-las.
 - Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.
 - Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.
 - **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta** – *o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!*
 - Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.
 - Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

SITES

- <http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>
- <http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>
- <http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>
- <http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigual-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

Resposta: Letra E. O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

2. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

Resposta: Letra A. A questão deve ser respondida segundo o texto: (...) "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – SUPERIOR – CESPE – 2017 – ADAPTADA) No texto CG1A1BBB, o vocábulo 'emana' foi empregado com o sentido de

- trata.
- provém.
- manifesta.
- pertence.
- cabe.

Resposta: Letra B. Dentro do contexto, "emana" tem o sentido de "provém".

TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem tipos textuais e gêneros textuais.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lugar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia: Narração, Descrição e Dissertação**.

1. As tipologias textuais se caracterizam pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo, descritivo, argumentativo/dissertativo, injuntivo e expositivo*.

- Textos narrativos** – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes, agora, depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*
- Textos descritivos** – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *"Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna..."*
- Textos expositivos** – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*
- Textos injuntivos (instrucional)** – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingrediente e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*
- Textos argumentativos (dissertativo)** – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*

2. Gêneros Textuais

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária, e-mail, reportagem, monografia, poema, editorial, piada, debate, agenda, inquérito policial, fórum, blog, etc.*

A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da situação de produção, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a esferas de circulação. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias, reportagens, editoriais, entrevistas* e outros; na *esfera de divulgação científica* são comuns gêneros como *verbete de dicionário* ou *de enciclopédia, artigo* ou *ensaio científico, seminário, conferência*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7.^a ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3.^a ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

<http://www.brasilecola.com/redacao/tipologia-textual.htm>

Observação: Não foram encontradas questões abrangendo tal conteúdo.

ARGUMENTAÇÃO.

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem se comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto; quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “*Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas*”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendonos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

ÍNDICE

RACIOCÍNIO LÓGICO – MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	01
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	01
Operações com conjuntos.....	23
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	27

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELECTUAIS: RACIOCÍNIO VERBAL, RACIOCÍNIO MATEMÁTICO, RACIOCÍNIO SEQUENCIAL, ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL, FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS.

Definição: Todo o conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Nossa professora, bela definição!

Não entendi nada!

Vamos pensar que para ser proposição a frase tem que fazer sentido, mas não só sentido no nosso dia a dia, mas também no sentido lógico.

Para uma melhor definição dentro da lógica, para ser proposição, temos que conseguir julgar se a frase é verdadeira ou falsa.

Exemplos:

(A) A Terra é azul.

Conseguimos falar se é verdadeiro ou falso? Então é uma proposição.

(B) $\sqrt{2} > 2$

Como $\sqrt{2} \approx 1,41$, então a proposição tem valor lógico falso.

Todas elas exprimem um fato.

Agora, vamos pensar em uma outra frase:

O dobro de 1 é 2?

Sim, correto?

Correto. Mas é uma proposição?

Não! Porque sentenças interrogativas, não podemos declarar se é falso ou verdadeiro.

Bruno, vá estudar.

É uma declaração imperativa, e da mesma forma, não conseguimos definir se é verdadeiro ou falso, portanto, não é proposição.

Passei!

Ahh isso é muito bom, mas infelizmente, não podemos de qualquer forma definir se é verdadeiro ou falso, porque é uma sentença exclamativa.

Vamos ver alguns princípios da lógica:

I. Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.

II. Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

1. Valor Lógico das Proposições

Definição: Chama-se valor lógico de uma proposição a verdade, se a proposição é verdadeira (V), e a falsidade, se a proposição é falsa (F).

Exemplo

p: Thiago é nutricionista.

$V(p)=V$ essa é a simbologia para indicar que o valor lógico de p é verdadeira, ou

$V(p)=F$

Basicamente, ao invés de falarmos, é verdadeiro ou falso, devemos falar tem o valor lógico verdadeiro, tem valor lógico falso.

2. Classificação

Proposição simples: não contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. São geralmente designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r,s... E depois da letra colocamos “.”

Exemplo:

p: Marcelo é engenheiro.

q: Ricardo é estudante.

Proposição composta: combinação de duas ou mais proposições. Geralmente designadas pelas letras maiúsculas P, Q, R, S,...

Exemplo:

P: Marcelo é engenheiro e Ricardo é estudante.

Q: Marcelo é engenheiro ou Ricardo é estudante.

Se quisermos indicar quais proposições simples fazem parte da proposição composta:

$P(p,q)$

Se pensarmos em gramática, teremos uma proposição composta quando tiver mais de um verbo e proposição simples, quando tiver apenas 1. Mas, lembrando que para ser proposição, temos que conseguir definir o valor lógico.

3. Conectivos

Agora que vamos entrar no assunto mais interessante e o que liga as proposições.

Antes, estávamos vendo mais a teoria, a partir dos conectivos vem a parte prática.

3.1. Definição

Palavras que se usam para formar novas proposições, a partir de outras.

Vamos pensar assim: conectivos? Conectam alguma coisa?

Sim, vão conectar as proposições, mas cada conectivo terá um nome, vamos ver?

-Negação

{ **extensa:** não, é falso que, não é verdade que, é mentira que
símbolo: \sim , \neg

Exemplo

p: Livia é estudante.

$\sim p$: Livia não é estudante.

q: Pedro é loiro.

$\neg q$: É falso que Pedro é loiro.

r: Érica lê muitos livros.

$\sim r$: Não é verdade que Érica lê muitos livros.

s: Cecilia é dentista.

$\neg s$: É mentira que Cecilia é dentista.

-Conjunção

{ **extensa:** “e”, “nem”, “mas também”, “como também”, “além de (disso, disto, daquilo)”, “quanto” (depois de tanto), “bem como”, “mas”, “porém”, “todavia”, “entretanto”, “no entanto”, “senão”, “não obstante”, “contudo” etc.
Símbolo: \wedge

Nossa, são muitas formas de se escrever com a conjunção.

Não precisa decorar todos, alguns são mais usuais: “e”, “mas”, “porém”.

Exemplos

p: Vinicius é professor.

q: Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinicius é professor e Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinicius é professor, mas Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinicius é professor, porém Camila é médica.

- Disjunção

{ **extensa:** .. ou...
símbolo: \vee

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar.

$p \vee q$: Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

- Disjunção Exclusiva

Extensa: Ou...ou...

Símbolo: $\underline{\vee}$

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \underline{\vee} q$: Ou Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

-Condicional

Extenso: Se..., então..., É necessário que, Condição necessária

Símbolo: \rightarrow

Exemplos

$p \rightarrow q$: Se chove, então faz frio.

$p \rightarrow q$: É suficiente que chova para que faça frio.

$p \rightarrow q$: Chover é condição suficiente para fazer frio.

$p \rightarrow q$: É necessário que faça frio para que chova.

$p \rightarrow q$: Fazer frio é condição necessária para chover.

-Bicondicional

Extenso: se, e somente se, ...

Símbolo: \leftrightarrow

p: Lucas vai ao cinema.

q: Danilo vai ao cinema.

$p \leftrightarrow q$: Lucas vai ao cinema se, e somente se, Danilo vai ao cinema.

Referências

ALENCAR FILHO, Edgar de – Iniciação a lógica matemática – São Paulo: Nobel – 2002.

Tabela-verdade

Com a tabela-verdade, conseguimos definir o valor lógico de proposições compostas facilmente, analisando cada coluna.

Se tivermos uma proposição p , ela pode ter $V(p)=V$ ou $V(p)=F$.

p
V
F

Quando temos duas proposições, não basta colocar só VF, será mais que duas linhas.

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

Observe, a primeira proposição ficou VVFF

E a segunda intercalou VFVF

Vamos raciocinar, com uma proposição temos 2 possibilidades, com 2 proposições temos 4, tem que haver um padrão para se tornar mais fácil!

As possibilidades serão 2^n ,

Onde:

n =número de proposições

p	q	r
V	V	V
V	F	V
V	V	F
V	F	F
F	V	V
F	F	V
F	V	F
F	F	F

A primeira proposição, será metade verdadeira e metade falsa.

A segunda, vamos sempre intercalar VFVFVF.

E a terceira VVFFVVFF.

Agora, vamos ver a tabela verdade de cada um dos operadores lógicos?

-Negação

p	$\sim p$
V	F
F	V

Se estamos negando uma coisa, ela terá valor lógico oposto, faz sentido, não?

- Conjunção

Eu comprei bala e chocolate, só vou me contentar se eu tiver as duas coisas, certo?

Se eu tiver só bala não ficarei feliz, e nem se tiver só chocolate.

E muito menos se eu não tiver nenhum dos dois.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

-Disjunção

Vamos pensar na mesma frase anterior, mas com o conectivo "ou".

Eu comprei bala ou chocolate.

Eu comprei bala e também comprei a chocolate, está certo pois poderia ser um dos dois ou os dois.

Se eu comprei só bala, ainda estou certa, da mesma forma se eu comprei apenas chocolate.

Agora se eu não comprar nenhum dos dois, não dará certo.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

-Disjunção Exclusiva

Na disjunção exclusiva é diferente, pois OU comprei chocolate OU comprei bala.

Ou seja, um ou outro, não posso ter os dois ao mesmo tempo.

p	q	$p \vee\!/\!q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

-Condicional

Se chove, então faz frio.

Se choveu e fez frio.

Estamos dentro da possibilidade.(V)

Choveu e não fez frio.

Não está dentro do que disse. (F)

Não choveu e fez frio.

Ahh tudo bem, porque pode fazer frio se não chover, certo?(V)

Não choveu, e não fez frio.

Ora, se não choveu, não precisa fazer frio. (V)

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

-Bicondicional

Ficarei em casa, se e somente se, chover.

Estou em casa e está chovendo.

A ideia era exatamente essa. (V)

Estou em casa, mas não está chovendo.

Você não fez certo, era só pra ficar em casa se chovesse. (F)

Eu sai e está chovendo.

Aiaiai não era pra sair se está chovendo (F)

Não estou em casa e não está chovendo.

Sem chuva, você pode sair, ta?(V)

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1.(EBSERH – ÁREA MÉDICA – CESPE – 2018) A respeito de lógica proposicional, julgue o item que se segue. Se P, Q e R forem proposições simples e se $\sim R$ indicar a negação da proposição R, então, independentemente dos valores lógicos V = verdadeiro ou F = falso de P, Q e R, a proposição $P \rightarrow Q \vee (\sim R)$ será sempre V.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado Se P for verdadeiro, Q falso e R falso, a proposição é falsa.

2. (TRT 7ª REGIÃO – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2017)

Texto CB1A5AAA – Proposição P

A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento; o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

A quantidade mínima de linhas necessárias na tabela-verdade para representar todas as combinações possíveis para os valores lógicos das proposições simples que compõem a proposição P do texto CB1A5AAA é igual a

- a) 32.
- b) 4.
- c) 8.
- d) 16.

Resposta: Letra C. P: A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias.

Q: apresentou os comprovantes de pagamento.

R: o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

Número de linhas: $2^3=8$

3.(SERES-PE – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA – CESPE – 2017)

A partir das proposições simples P: "Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço", Q: "As lojas do centro comercial Bom Preço estavam realizando liquidação" e R: "Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço" é possível formar a proposição composta S: "Se Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço e se as lojas desse centro estavam realizando liquidação, então Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço ou Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço". Considerando todas as possibilidades de as proposições P, Q e R serem verdadeiras (V) ou falsas (F), é possível construir a tabela-verdade da proposição S, que está iniciada na tabela mostrada a seguir.

P	Q	R		S
V	V	V		
V	V	F		
V	F	V		
V	F	F		
F	V	V		
F	V	F		
F	F	V		
F	F	F		

Completando a tabela, se necessário, assinale a opção que mostra, na ordem em que aparecem, os valores lógicos na coluna correspondente à proposição S, de cima para baixo.

- a) V/V/F/F/F/F/F/F.
- b) V/V/F/V/V/F/F/V.
- c) V/V/F/V/F/F/F/V.
- d) V/V/V/V/V/V/V/V.
- e) V/V/V/F/V/V/V/F.

Resposta: Letra D

A proposição S é composta por: $(p \wedge q) \rightarrow (r \vee p)$

P	Q	R	$p \wedge q$	$r \vee p$	$S(p \wedge q) \rightarrow (r \vee p)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V
V	F	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V
F	V	V	F	V	V
F	V	F	F	F	V
F	F	V	F	V	V
F	F	F	F	F	V

ÍNDICE

ATUALIDADES

O Brasil e o mundo: noções gerais sobre a economia, a política e as relações exteriores.	01
A questão ambiental: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental.....	01
Descobertas e inovações científicas e seus impactos na sociedade contemporânea.....	01
Sociedade brasileira: formação, estrutura e organização; pobreza e exclusão social; preconceito e discriminação.....	09
Cultura brasileira: artes, arquitetura, cinema, televisão, música e teatro. Panorama da economia brasileira.....	09
O Estado da Bahia: aspectos fisiográficos; noções gerais sobre a vida econômica, social, política e tecnológica;	25
recursos hídricos e responsabilidade socioambiental.....	25

O BRASIL E O MUNDO: NOÇÕES GERAIS SOBRE A ECONOMIA, A POLÍTICA E AS RELAÇÕES EXTERIORES. A QUESTÃO AMBIENTAL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL. DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

1 – Caso Brumadinho e risco em outras barragens mineiras

O crime ambiental em Brumadinho (MG), em 25/01, com rompimento de barragem controlada pela mineradora Vale foi destaque em todo mundo. Tudo isso após mais de três anos da ocorrência de outra tragédia, o caso Samarco, no rompimento de barragem em Mariana (MG). A Samarco é uma empresa controlada pela gigante mineradora Vale.

Contudo, em março de 2019, foi constatado o risco de rompimento em outras barragens mineiras da Vale: B3/B4, em Macacos, e as Forquilhas 1 e 3, em Ouro Preto. Inclusive, houve alerta máximo da (ANM) Agência Nacional de Mineração quanto à barragem de Macacos, em Nova Lima, na Grande Belo Horizonte.

Em Brumadinho, as mortes chegam 216 vítimas. Além disso, 88 pessoas estão desaparecidas. As informações foram atualizadas em 29/03/2019.



#FicaDica

O caso Brumadinho já é tratado por ambientalistas como mais trágico e delicado quando em comparação a catástrofe de Mariana (MG), em 2015.



FIQUE ATENTO!

Correntes progressistas tratam a situação como crime ambiental e não acidente. Pois assim como, no caso da Samarco, em Mariana (MG), a gigante da mineração Vale é responsabilizada pelo rompimento da barragem, por não ter atuado na prevenção de ambas as catástrofes.

2 - Caso Jean Wyllys

Em seu terceiro mandato como deputado federal pelo PSOL, Jean Wyllys decidiu abandonar o congresso e deixar o Brasil após informar que teria sofrido ameaças de morte. O fato repercutiu nos veículos de imprensa de todo o mundo. O vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, afirmou que a ameaça sofrida pelo parlamentar compromete a democracia.

Em entrevista à imprensa, Jean Wyllys contou que havia recebido ameaças direcionadas a sua mãe e seus familiares, por meio de ligações anônimas. Os ameaçadores disseram que poderiam executar a família do deputado e que matá-lo "seria um presente".

O parlamentar afirmou que por causa das ameaças

conta com escolta para ir aos lugares e garantir o mínimo de segurança possível. Ao renunciar ao mandato, entra em seu lugar David Miranda, vereador do Rio de Janeiro, também ativista do movimento LGBT, assim como Jean.



#FicaDica

O caso Jean Wyllys está intimamente ligado a questões de violação de direitos humanos, no que se refere ao comprometimento da integridade e segurança de cada cidadão.



FIQUE ATENTO!

Muitas questões podem também relacionar órgãos que monitoram e denunciam casos dessa natureza, como o Comitê de Direitos Humanos da ONU. É importante conhecer essas instituições.

3 – China e a tecnologia 5G

A tecnologia 5G desembarcou oficialmente no mundo em 2018. De lá pra cá, a China tem demonstrado estar na dianteira quanto ao monopólio e desenvolvimento dessa tecnologia. Para se ter uma ideia, os chineses estão à frente de um projeto de fibra ótica unindo a Ásia e Europa.

E em meio a essa dianteira, cresce a pressão dos Estados Unidos em relação à União Europeia para reduzir o impacto do mercado chinês no velho mundo. Porém o bloco europeu já anunciou que não pretende evitar a entrada da Huawei, a gigante chinesa de telecomunicações.

Os EUA justificam a pressão em relação à China, de acordo com eles, pelo fato de haver "risco de invasão cibernética" chinesa no Ocidente. Porém a Europa já deixou claro que pretende manter suas políticas de segurança da informação, sem ceder a pressões dos estadunidenses, mas em consonância às suas próprias regras.

Em linhas gerais, a UE não proibiu a entrada da Huawei, mas deixa claro que os Estados-membros estarão em alerta quanto à segurança. As nações terão de partilhar dados sobre segurança cibernética em 5G e fazer avaliações.



#FicaDica

Nações que dominam a tecnologia, conseqüentemente, exercem poderio em outros setores no mundo. A China mostra que está apta a tudo isso.



FIQUE ATENTO!

Nesse embate, verificamos aqui mais uma vez um confronto entre China e EUA pelo domínio tecnológico. Lembrando que os estadunidenses ainda têm poder nesse campo, já que contam com as empresas mais poderosas do mundo: Google, Apple e Facebook.

4 - Crise na Venezuela

Mergulhada em uma crise política e econômica há mais de cinco anos, o caos na Venezuela, ganhou mais um capítulo. Em fevereiro, Nicolás Maduro ainda fechou a fronteira com o Brasil, intensificando a crise e, fomentando o clima de tensão com países vizinhos e os Estados Unidos.

No dia 27 de janeiro, Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, se autodeclarou presidente interino do país. A tentativa de chegar ao poder, por parte de Guaidó, surgiu após protestos contra o governo de Maduro, em janeiro deste ano, com registros de vítimas.

Nos últimos anos, confrontos entre chavistas e antichavistas têm trazido mortos e feridos num cenário de guerra civil que se alastra pelo país, em meio ao aumento de pobreza e miséria da população.

As nações que reconheceram Guaidó como presidente interino foram: Estados Unidos, Austrália, Israel, Alemanha, França, Espanha, além do Brasil. Os dados informados foram atualizados em 01/03/19.



#FicaDica

A crise venezuelana é complexa e traz muitas narrativas, mas é preciso considerar um tema de muito destaque em 2018: a imigração. A chegada maciça de venezuelanos ao Brasil enfatiza mais um cenário de xenofobia em território nacional, em meio à rejeição da população de Roraima à chegada dos imigrantes.



FIQUE ATENTO!

Pode haver questões de atualidades com enunciados que requerem atenção e interpretação de texto. Uma boa compreensão do enunciado pode ser fundamental para chegar à resposta correta.

5 - Nasa impede primeira tripulação feminina

A Nasa, agência espacial norte-americana, estava prestes a anunciar um feito: a primeira tripulação totalmente feminina em uma missão no espaço. Porém, por causa de um macacão, a medida foi adiada.

Duas astronautas fariam a missão, Christina Koch e Anne McClain, mas havia somente um traje adequado ao tamanho das astronautas. Esse problema de logística, então, adiou os planos de haver uma missão apenas com mulheres.

Lembrando que a primeira mulher a participar de uma missão no espaço foi Sally Ride, em 1983. Outro dado curioso é que o recorde de uma pessoa a permanecer no espaço pela Nasa é de uma mulher, Peggy Whitson.



#FicaDica

Medida suscitou debates em torno do pouco espaço cedido às mulheres na ciência espacial, ainda profundamente dominado pelos homens. Tudo isso diante das discussões em todo mundo sobre a discriminação de gênero.



FIQUE ATENTO!

Site da Nasa é um portal bastante completo com boletins e notícias sobre missões espaciais, imagens e estudos. Vale verificar!

6 – Brasil, Davos e as relações internacionais

Na atual fase política brasileira com Jair Bolsonaro (PSL) na Presidência, o Brasil trilha caminhos diplomáticos distintos de anos atrás, desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. Com projeção mais à extrema direita na política adotada, Bolsonaro formalizou a nova era diplomática para o mundo no Fórum Econômico de Davos, na Suíça.

Diante da elite econômica mundial, o presidente realizou um discurso citado pela imprensa internacional como "superficial". A participação não respondeu de forma prática e objetiva, segundo alguns especialistas, quais seriam as ações adotadas na política econômica que favoreceriam os investidores e a estabilidade econômica mundial.

A apresentação do presidente foi tida como "tímida", tendo em vista que Bolsonaro era considerado uma das grandes estrelas do evento.

Outro fato marcante foi a negativa em conceder entrevistas coletivas à imprensa, alegando indisposição. Porém, uma das questões observadas, segundo especialistas em diplomacia, é de que não houve escorregão diplomático.

No caso, foi uma participação tímida, sem expressividade, sem polêmicas e de certo modo correta, como pontua o ex-embaixador brasileiro Rubens Ricupero, em entrevista ao UOL.



#FicaDica

Sem Donald Trump, Vladimir Putin e Thereza May, Bolsonaro era cotado como o grande destaque do evento.



FIQUE ATENTO!

Muitas, vezes, questões sobre relações internacionais trazem enunciados que requerem interpretação de texto e, vale muito, ter atenção.

7 – Apple e seu cartão de crédito

A gigante da tecnologia Apple anuncia a chegada de seu cartão de crédito no mercado mundial ainda em 2019. A novidade é uma parceria com o banco Goldman Sachs.

Os funcionários da Apple serão os primeiros a testarem o cartão nos próximos meses, até a chegada do produto ao consumidor, que deve ocorrer até o final deste ano. O cartão será acessado pela Apple Wallet, conforme a imprensa especializada adiantou desde o ano passado.

A empresa também disponibilizará recursos de gerenciamento de gastos do usuário. No caso, uma das frentes é alertar sobre o que está custando mais caro em alguns setores. O cartão será emitido pelo Goldman Sachs e utilizará a bandeira Mastercard.



#FicaDica

Essa parceria deve aumentar as receitas de ambas as empresas. O projeto prevê investimentos de mais de 200 milhões de dólares.



FIQUE ATENTO!

Questões sobre tecnologia têm sido abordadas com frequência nas provas de concursos públicos. Por isso, vale manter atenção ao tema.

8 – Papa favorável à educação sexual

Em entrevista à imprensa, no dia 28 de janeiro, o papa Francisco defendeu a educação sexual nas escolas, além de mencionar que o sexo “não é um monstro, mas um dom de Deus”. O papa ainda ressaltou que o ato sexual é um “dom de Deus para amar”.

Francisco comentou a importância das escolas em orientar os jovens, especialmente, quando o aluno não tem acesso às informações dentro de casa. Para ele, a falta de diálogo no ambiente familiar, quando se trata desse tema, tem a ver com complicações familiares e falta de habilidade para conduzir essa temática, por parte dos adultos.

Ele ainda defende que a educação sexual não pode ter “cunho ideológico”, porém deve ser objetiva. Outro tema polêmico mencionado por ele se refere ao celibato.

O papa não apoia o celibato como algo opcional, mas afirma que em locais com escassez de sacerdotes, o caso pode ser analisado. Todavia, ele enfatiza que se trata de uma questão reservada para os teólogos estudarem melhor.



#FicaDica

O papa Francisco tem se mostrado bastante moderado em seu discurso e sofre críticas, por parte das alas mais conservadoras da Igreja.



FIQUE ATENTO!

É sempre importante estar atento aos pronunciamentos do papa, que comanda a religião mais influente do mundo ocidental. Esses temas podem cair nas provas.

9 - Inteligência artificial cada vez mais presente na sociedade

Num mundo cada vez mais conectado e imerso nas redes sociais, as inovações tecnológicas estabelecem novas configurações nas relações sociais e de trabalho. A inteligência artificial se constitui num mecanismo que traz mudanças nas formas como as pessoas se relacionam e nas funções que exercem.

No campo profissional, por exemplo, a inteligência artificial – por meio de máquinas ou robôs –, já realiza de forma automatizada funções anteriormente exercidas por pessoas. Hoje, por exemplo, softwares e máquinas realizam relatórios e análises que eram feitas por profissionais preparados para essa função.

Outro exemplo é o uso de atendentes virtuais em chats de relacionamento com clientes. A GOL Linhas Aéreas mantém uma atendente- robô em sua página para esclarecer dúvidas mais frequentes dos usuários.

Uma das questões mais complexas quando se fala nessa tecnologia, é a perda de profissões que passam a ser exercidas por máquinas. Num futuro nem tão distante assim a tendência é essa. E de certa forma, as carreiras profissionais vão se adaptando à tecnologia e passam por transformações intensas para saber lidar com essas mudanças.



#FicaDica

Em julho de 2018, uma equipe de cientistas estrangeiros assinou um acordo em que se comprometiam a não criar máquinas e robôs que possam ameaçar a vida e integridade da raça humana.



FIQUE ATENTO!

Inteligência artificial é um tema bem contemporâneo e está ligado à realidade das pessoas, à medida que interfere nas atividades profissionais e formas de se relacionar. Por isso, é um assunto bem relevante.

10 – Paris e Berlim (pró-Europa)

Emmanuel Macron, presidente da França, e Angela Merkel, premiê alemã, assinaram um tratado de cooperação entre os países, pró-Europa, no dia 22 de janeiro. A ideia é fortalecer as relações entre as nações em direção a uma União Europeia mais forte e dinâmica, diante da saída do Reino Unido do bloco europeu.

Uma das questões difundidas é a defesa do multilateralismo e soberania da Europa. Essa proposta dá espaço para a diversidade cultural dos Estados-membros para trazer solidez e sucesso ao bloco.

Ambos os governantes concordam que o acordo contribui para a construção de uma Europa unida e fortalecida diante dos desafios do século 21.



#FicaDica

O multilateralismo defendido por franceses e alemães prega o acordo entre dois ou mais países diante de um tema comum, é um ponto importante de cooperação nas relações diplomáticas.



FIQUE ATENTO!

A maior parte das questões que traz esse tema pode tratar de multilateralismo e objetivos dos blocos econômicos. Por isso, é importante manter atenção aos fatos mais impactantes relativos à União Europeia.

11 – Lemann perde posto de homem mais rico do Brasil para Safra

O empresário Jorge Paulo Lemann não é mais o brasileiro mais rico, seu posto foi superado pelo banqueiro Joseph Safra. Atualmente, Lemann tem fortuna avaliada em US\$ 23 bilhões. Já Safra acumula US\$ 25,2 bilhões.

No ranking mundial, na lista da revista *Forbes*, Safra ocupa a 31º lugar como o homem mais rico do planeta e lidera como o banqueiro com maior fortuna do planeta. Já Lemann aparece no 37º lugar. As informações foram divulgadas no portal "G1", em 01/03/2019.

Lemann perdeu US\$ 4 bilhões desde 2018 e ocupava o posto de homem mais rico do Brasil havia seis anos. Em 2018, Safra, ao contrário, teve aumento de US\$ 1,6 bilhão em sua fortuna. E, nos últimos anos, seu patrimônio aumentou em cerca de US\$ 8 bilhões.



#FicaDica

O ranking da revista *Forbes* é um dos instrumentos mais relevantes para o mundo dos negócios. A revista foi fundada em 1917.



FIQUE ATENTO!

Questões sobre esses rankings podem apresentar texto de apoio, em que o domínio da interpretação conta muito para chegar aos resultados esperados.

12 – Sem visto para os EUA

A visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, em março, foi um dos momentos mais esperados do Planalto, devido ao encontro do brasileiro com Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos, e figura admirada pelo clã Bolsonaro.

A visita do presidente do Brasil também trouxe à tona uma medida polêmica, o governo quer autorizar a entrada de turistas dos Estados Unidos, sem necessidade de visto. A ação valeria para Japão, Austrália e Canadá.

Porém nenhum dos países anunciou que pretendem aderir à política de reciprocidade e, dessa forma, autorizar esse benefício para os brasileiros. Para o governo, a medida busca fomentar o turismo no país.



#FicaDica

Críticas em relação à medida citam que a autorizar a entrada sem levar em conta a reciprocidade "coloca o Brasil em posição desvantagem e fragiliza sua importância diplomática" além de "inferiorizar seu povo".



FIQUE ATENTO!

A política de reciprocidade prevê que os países adotem ações compatíveis. Se uma nação exige visto da outra, é aceitável que ambas possam aderir às mesmas práticas.

13 - Acordo para reconstrução da Síria

Desde 2011, a Síria enfrenta uma intensa guerra civil que já deixou milhões de mortos e refugiados. O país hoje vive um cenário de miséria em meio à devastação. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) citam que o conflito custou mais de US\$ 380 bilhões de dólares.

Em 2018, a sociedade mundial tem discutido a implantação de um plano para a reconstrução da Síria. Mas a atrair investimentos externos tem sido desafiante para a nação, tendo em vista as sanções impostas pelos Estados Unidos, por conta de denúncias de violações de direitos humanos sob a gestão de Bashar al-Assad, o presidente do país. Atualmente, Rússia, China e Irã investiram na nação nos últimos e são os países aliados do governo.

Com as sanções, a Síria fica impedida de exportar e até receber investimentos estadunidenses. Na opinião de especialistas em relações internacionais, executar um plano de reconstrução depende da exclusão das sanções e participações de mais nações que possam investir no país.



#FicaDica

Em mais de sete anos de guerra civil, mais de 5,6 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas casas em busca de uma vida melhor em outros países. Além disso, mais de 500 mil pessoas vivem deslocadas dentro país.



FIQUE ATENTO!

De acordo com a ONU, a maioria dos refugiados que vive nos países vizinhos se encontra abaixo da linha da pobreza em situação de miséria.

ÍNDICE

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Processo de ensinar e aprender.....	01
Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância.....	03
Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.....	14
Alfabetização e letramento.....	21
Linguagem oral e escrita.....	28
Produção de textos.....	33
Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil.....	82
Alfabetização e letramento.....	189
Processos cognitivos na alfabetização.....	21
A construção e desenvolvimento da leitura e escrita.....	33
A formação do pensamento lógico da criança.....	96
O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem.....	33
A alfabetização nos diferentes momentos históricos.....	97
A função social da alfabetização.....	105
A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.....	105
Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo.....	109
As etapas do processo de alfabetização.....	115
A importância da consciência fonológica na alfabetização.....	115
A tecnologia a favor da alfabetização.....	117
A perspectiva infantil na fase da alfabetização.....	189
A função social da escola pública contemporânea.....	124
Desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição da criança.....	109
A brincadeira e o desenvolvimento infantil.....	126
Fundamentos da Educação. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	129
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação.....	145
Educação em direitos humanos, democracia e cidadania.....	146
A função social da escola; inclusão educacional e respeito à diversidade.....	149
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.....	192
Didática e organização do ensino.....	163
Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.....	170
Novas tecnologias da informação e comunicação, e sua contribuição com a prática pedagógica.....	178
Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.....	182

PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER

Processo de ensino e aprendizagem

A aprendizagem é um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do indivíduo, desde a mais tenra infância até a mais avançada velhice. Normalmente uma criança deve aprender a andar e a falar; depois a ler e escrever, aprendizagens básicas para atingir a cidadania e a participação ativa na sociedade. Já os adultos precisam aprender habilidades ligadas a algum tipo de trabalho que lhes forneça a satisfação das suas necessidades básicas, algo que lhes garanta o sustento. As pessoas idosas embora nossa sociedade seja reticente quanto às suas capacidades de aprendizagem podem continuar aprendendo coisas complexas como um novo idioma ou ainda cursar uma faculdade e virem a exercer uma nova profissão.

O desenvolvimento geral do indivíduo será resultado de suas potencialidades genéticas e, sobretudo, das habilidades aprendidas durante as várias fases da vida. A aprendizagem está diretamente relacionada com o desenvolvimento cognitivo.

As passagens pelos estágios da vida são marcadas por constante aprendizagem. "Vivendo e aprendendo", diz a sabedoria popular. Assim, os indivíduos tendem a melhorar suas realizações nas tarefas que a vida lhes impõe. A aprendizagem permite ao sujeito compreender melhor as coisas que estão à sua volta, seus companheiros, a natureza e a si mesmo, capacitando-o a ajustar-se ao seu ambiente físico e social.

A teoria da instrução de Jerome Bruner (1991), um autêntico representante da abordagem cognitiva, traz contribuições significativas ao processo ensino-aprendizagem, principalmente à aprendizagem desenvolvida nas escolas. Sendo uma teoria cognitiva, apresenta a preocupação com os processos centrais do pensamento, como organização do conhecimento, processamento de informação, raciocínio e tomada de decisão. Considera a aprendizagem como um processo interno, mediado cognitivamente, mais do que como um produto direto do ambiente, de fatores externos ao aprendiz. Apresenta-se como o principal defensor do método de aprendizagem por descoberta (insight).

A teoria de Bruner apresenta muitos pontos semelhantes às teorias de Gestalt e de Piaget. Bruner considera a existência de estágios durante o desenvolvimento cognitivo e propõe explicações similares às de Piaget, quanto ao processo de aprendizagem. Atribui importância ao modo como o material a ser aprendido é disposto, assim como Gestalt, valorizando o conceito de estrutura e arranjos de ideias. "Aproveitar o potencial que o indivíduo traz e valorizar a curiosidade natural da criança são princípios que devem ser observados pelo educador".

A escola não deve perder de vista que a aprendizagem de um novo conceito envolve a interação com o já aprendido. Portanto, as experiências e vivências que o aluno traz consigo favorecem novas aprendizagens. Bruner chama a atenção para o fato de que as matérias ou disciplinas tais como estão organizadas nos currículos,

constituem-se muitas vezes divisões artificiais do saber. Por isso, várias disciplinas possuem princípios comuns sem que os alunos – e algumas vezes os próprios professores – analisem tal fato, tornando o ensino uma repetição sem sentido, em que apenas respondem a comandos arbitrários, Bruner propõe o ensino pela descoberta. O método da descoberta não só ensina a criança a resolver problemas da vida prática, como também garante a ela uma compreensão da estrutura fundamental do conhecimento, possibilitando assim economia no uso da memória, e a transferência da aprendizagem no sentido mais amplo e total.

Segundo Bock (2001), a preocupação de Bruner é que a criança aprenda a aprender corretamente, ainda que "corretamente" assuma, na prática, sentidos diferentes para as diferentes faixas etárias. Para que se garanta uma aprendizagem correta, o ensino deverá assegurar a aquisição e permanência do aprendido (memorização), de forma a facilitar a aprendizagem subsequente (transferência). Este é um método não estruturado, portanto o professor deve estar preparado para lidar com perguntas e situações diversas. O professor deve conhecer a fundo os conteúdos a serem tratados. Deve estar apto a conhecer respostas corretas e reconhecer quando e porque as respostas alternativas estão erradas. Também necessita saber esperar que os alunos cheguem à descoberta, sem apressá-los, mas garantindo a execução de um programa mínimo. Deve também ter cuidado para não promover um clima competitivo que gere, ansiedade e impeça alguns alunos de aprender.

O modelo de ensino e aprendizagem de David P. Ausubel (1980) caracteriza-se como um modelo cognitivo que apresenta peculiaridades bastante interessantes para os professores, pois centraliza-se, primordialmente, no processo de aprendizagem tal como ocorre em sala de aula. Para Ausubel, aprendizagem significa organização e integração do material aprendido na estrutura cognitiva, estrutura esta na qual essa organização e integração se processam.

Psicólogos e educadores têm demonstrado uma crescente preocupação com o modo como o indivíduo aprende e, desde Piaget, questões do tipo: "Como surge o conhecer no ser humano? Como o ser humano aprende? O conhecimento na escola é diferente do conhecimento da vida diária? O que é mais fácil esquecer?" atravessaram as investigações científicas. Assim, deve interessar à escola saber como criança, adolescentes e adultos elaboram seu conhecer, haja vista que a aquisição do conhecimento é a questão fundamental da educação formal.

A psicologia cognitiva preocupa responder estas questões estudando o dinamismo da consciência. A aprendizagem é, portanto, a mudança que se preocupa com o eu interior ao passar de um estado inicial a um estado final. Implica normalmente uma interação do indivíduo com o meio, captando e processando os estímulos selecionados.

O ato de ensinar envolve sempre uma compreensão bem mais abrangente do que o espaço restrito do professor na sala de aula ou às atividades desenvolvidas pelos alunos. Tanto o professor quanto o aluno e a escola encontram-se em contextos mais globais que interferem no processo educativo e precisam ser levados em consideração na elaboração e execução do ensino.

Ensinar algo a alguém requer, sempre, duas coisas: uma visão de mundo (incluindo aqui os conteúdos da aprendizagem) e planejamento das ações (entendido como um processo de racionalização do ensino). A prática de planejamento do ensino tem sido questionada quanto a sua validade como instrumento de melhoria qualitativa no processo de ensino como o trabalho do professor:

[...] a vivência do cotidiano escolar nos tem evidenciado situações bastante questionáveis neste sentido. Percebe-se, de início, que os objetivos educacionais propostos nos currículos dos cursos apresentam confusos e desvinculados da realidade social. Os conteúdos a serem trabalhados, por sua vez, são definidos de forma autoritária, pois os professores, via regra, não participam dessa tarefa. Nessas condições, tendem a mostrar-se sem elos significativos com as experiências de vida dos alunos, seus interesses e necessidades.

De modo geral, no meio escolar, quando se faz referência a planejamento do ensino – aprendizagem, este se reduz ao processo através do qual são definidos os objetivos, o conteúdo programático, os procedimentos de ensino, os recursos didáticos, a sistemática de avaliação da aprendizagem, bem como a bibliografia básica a ser consultada no decorrer de um curso, série ou disciplina de estudo. Com efeito, este é o padrão de planejamento adotado pela maioria dos professores e que passou a ser valorizado apenas em sua dimensão técnica.

Em nosso entendimento a escola faz parte de um contexto que engloba a sociedade, sua organização, sua estrutura, sua cultura e sua história. Desse modo, qualquer projeto de ensino – aprendizagem está ligado a este contexto e ao modo de cultura que orienta um modelo de homem e de mulher que pretendemos formar, para responder aos desafios desta sociedade. Por esta razão, pensamos que é de fundamental importância que os professores saibam que tipo de ser humano pretendem formar para esta sociedade, pois disto depende, em grande parte, as escolhas que fazemos pelos conteúdos que ensinamos, pela metodologia que optamos e pelas atitudes que assumimos diante dos alunos. De certo modo esta visão limitada ou potencializada o processo ensino-aprendizagem não depende das políticas públicas em curso, mas do projeto de formação cultural que possui o corpo docente e seu compromisso com objeto de estudo.

Como o ato pedagógico de ensino-aprendizagem constitui-se, ao longo prazo, num projeto de formação humana, propomos que esta formação seja orientada por um processo de autonomia que ocorra pela produção autônoma do conhecimento, como forma de promover a democratização dos saberes e como modo de elaborar a crítica da realidade existente.

Isto quer dizer que só há crítica se houver produção autônoma do conhecimento elaborado através de uma prática efetiva da pesquisa. Entendemos que é pela prática da pesquisa que exercitamos a reflexão sobre a realidade como forma de sistematizar metodologicamente nosso olhar sobre o mundo para podermos agir sobre os problemas. Isto quer dizer que não pesquisamos por pesquisar e nem refletimos por refletir. Tanto a reflexão

quanto à pesquisa são meios pelos quais podemos agir como sujeitos transformadores da realidade social. Isto indica que nosso trabalho, como professores, é o de ensinar a aprender para que o conhecimento construído pela aprendizagem seja um poderoso instrumento de combate às formas de injustiças que se reproduzem no interior da sociedade.

Piaget (1969), foi quem mais contribuiu para compreendermos melhor o processo em que se vivencia a construção do conhecimento no indivíduo.

Apresentamos as ideias básicas de Piaget sobre o desenvolvimento mental e sobre o processo de construção do conhecimento, que são adaptação, assimilação e acomodação.

Piaget diz que o indivíduo está constantemente interagindo com o meio ambiente. Dessa interação resulta uma mudança contínua, que chamamos de adaptação. Com sentido análogo ao da Biologia, emprega a palavra adaptação para designar o processo que ocasiona uma mudança contínua no indivíduo, decorrente de sua constante interação com o meio.

Esse ciclo adaptativo é constituído por dois subprocessos: assimilação e acomodação. A assimilação está relacionada à apropriação de conhecimentos e habilidade. O processo de assimilação é um dos conceitos fundamentais da teoria da instrução e do ensino. Permite-nos entender que o ato de aprender é um ato de conhecimento pelo qual assimilamos mentalmente os fatos, fenômenos e relações do mundo, da natureza e da sociedade, através do estudo das matérias de ensino. Nesse sentido, podemos dizer que a aprendizagem é uma relação cognitiva entre o sujeito e os objetos de conhecimento.

A acomodação é que ajuda na reorganização e na modificação dos esquemas assimilatórios anteriores do indivíduo para ajustá-los a cada nova experiência, acomodando-as às estruturas mentais já existentes. Portanto, a adaptação é o equilíbrio entre assimilação e acomodação, e acarreta uma mudança no indivíduo.

A inteligência desempenha uma função adaptativa, pois é através dela que o indivíduo coleta as informações do meio e as reorganiza, de forma a compreender melhor a realidade em que vive, nela agi, transformando. Para Piaget (1969), a inteligência é adaptação na sua forma mais elevada, isto é, o desenvolvimento mental, em sua organização progressiva, é uma forma de adaptação sempre mais precisa à realidade. É preciso ter sempre em mente que Piaget usa a palavra adaptação no sentido em que é usado pela Biologia, ou seja, uma modificação que ocorre no indivíduo em decorrência de sua interação com o meio.

Portanto, é no processo de construção do conhecimento e na aquisição de saberes que devemos fazer com que o aluno seja motivado a desenvolver sua aprendizagem e ao mesmo tempo superar as dificuldades que sentem em assimilar o conhecimento adquirido.

Referência:

MOTA, M. S. G.; PEREIRA, F. E. L. Desenvolvimento e Aprendizagem: Processo de construção do conhecimento e desenvolvimento mental do indivíduo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_desenvolvimento.pdf

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA, AS DIFERENTES DIMENSÕES HUMANAS, DIREITOS DA INFÂNCIA,

Crianças e infâncias (com)vivendo na Educação Infantil

Um sobrevoo sobre a história da infância e da criança sacrifica as muitas inferências que poderiam advir de um aprofundamento acerca deste tópico. Para o Currículo, importa lembrar que a criança é sujeito da história e da cultura, que as infâncias são plurais em suas expressões étnicas, estéticas e éticas. Se sempre existirão crianças, nem sempre existiu infância. Ou pelo menos, o “sentimento de infância”.

Guimarães (2008) apresenta-nos uma síntese sobre essa história. Somente a partir do século XVIII, a infância começa a ser objeto de novos olhares e preocupações. Os estudos de Ariès (1986) são um marco nesse campo porque o autor localiza na Modernidade o surgimento do que ele denomina como “sentimento de infância”, ao contrário do que vigorava na Idade Média, período em que adultos e crianças se misturavam e estas eram consideradas apenas seres biológicos. As pobres cresciam para atender ao mundo do trabalho e as ricas eram vistas como miniaturas dos adultos.

Na família burguesa da Modernidade, duas posturas materializaram o reconhecimento das crianças como diferentes dos adultos: a paparicação - que aparece na família, identificando a criança à ingenuidade, graça, pureza - e a moralização - que se funda em meio aos eclesiásticos e às ciências emergentes, enxergando a criança como ser da desrazão, incompleto, em falta, alvo da disciplina.

Nos séculos XIX e XX, há uma inflexão na direção dos direitos das crianças, prerrogativas de cidadania, teorias do desenvolvimento, periodicidade da vida infantil, iniciativas da Medicina, da Psicologia e da Pedagogia formulam discursos e sustentam práticas através das quais se forma um ideal de criança. São divulgadas normas de higiene e cuidados com as crianças, investe-se em campanhas de amamentação, criam-se instituições de atendimento, como as creches e jardins da infância. Elaborar-se um modelo de infância, um modo de ser criança na cultura ocidental.

Assim, começa a ganhar corpo um ideário sobre a infância que atribui à criança o estatuto de sujeito de direitos, estendendo-se na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais, entre os quais a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989).

No Brasil, a década de 1980 marca a virada do processo de valorização da infância porque, desde então, o enfoque sai da tutela da família e recai sobre o direito. A criança passa a ser sujeito de direitos, fruto da mobilização da sociedade civil organizada, do movimento de mulheres e pesquisadores da educação, em especial da Educação Infantil que, por meio de intensas lutas e discussões sobre a necessidade da educação formal culminou com os avanços

registrados na Constituição de 1988 que passa a considerar a criança como sujeito de direitos: direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária.

Uma das consequências da valorização da infância é o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado e direito da criança. Se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 foi um dos primeiros marcos nessa direção, é a LDB, promulgada em dezembro de 1996, que firma o elo entre o atendimento das crianças de zero a seis anos e a educação.

Todavia, para Sarmento (2005) ainda existe uma invisibilidade inerente à infância, obscurecendo suas potencialidades. Ao encontro desse debate, Ariès (1986) descreve que a própria etimologia da palavra infância se reveste da ideia de criança como não-falante, criança que está em processo de criação, de dependência, de transição. Significa dizer que a infância assumiu por muitos anos uma negatividade que não lhe era inerente ao considerar que a criança não tinha racionalidade, não tinha capacidade de expressão e comunicação. No entanto, essa perspectiva vai de encontro ao lugar ocupado pelas crianças nas sociedades contemporâneas, como sujeito de direito, além dos atuais pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos que estão solidificados pelos pesquisadores que estudam as crianças e a infância.

Certo é que muitas concepções sobre criança e infância convivem no imaginário social. Uns valorizam a criança pelo que ela é e pelo que faz; outros enfatizam suas carências ou seu futuro. Para alguns, importa protegê-la das vicissitudes do mundo; para outros, é preciso inseri-la desde já na vida adulta. É um miniadulto ou um adulto incompleto. De modo geral, a criança e a infância são vistas como um “mal a ser superado” e “semente do bem” ou uma “tábula rasa”. Essas distintas concepções também permeiam o campo pedagógico quando identificamos práticas pedagógicas orientadas às crianças pequenas ora baseadas em um pensamento espontaneísta, desprovidas de intencionalidade educativa, ora apoiadas em uma concepção ambientalista na qual se vale de métodos coercitivos e de avaliações comportamentais, nos quais os prêmios e castigos ocupam lugar de destaque para a obtenção do comportamento desejado. Isso ocorre, portanto, quando o educador não acredita nas potencialidades da criança, desconsiderando-a como sujeito ativo, participativo e produtor de cultura.

A linearidade e a generalização são aspectos relevantes a serem evitados para se falar em uma concepção de infância. Entre tantos aspectos, podemos pontuar que a concepção de criança é construída dentro de cada contexto social específico, pois cada sociedade que existiu e existe tem delineamentos e culturas próprias. A infância pode ser arquitetada de modos diferentes dentro de diversas sociedades, no mesmo período histórico.

Além disso, temos muitos estudos que dizem respeito às crianças burguesas, enquanto crianças de classes menos favorecidas foram esquecidas ao longo da história. A concepção de infância e, conseqüentemente de educação, deve ser engendrada na perspectiva da superação de desigualdades e da guarida da alteridade, para a transformação históricossocial da humanidade. Destaque-se, então, que a concepção de infância(s) que

norteia a primeira etapa da Educação Básica decorre de determinações sociais mais amplas de âmbito político, econômico, social, histórico e cultural, ou seja, consiste em considerar a criança, no contexto das práticas pedagógicas, como aquela que tem necessidades próprias, que manifesta opiniões e desejos, de acordo com seu contexto social e sua história de vida.

O ponto de vista que norteia este Currículo aposta justamente nas imensas possibilidades e potencialidades das crianças e das infâncias, conhece-las em seus fazeres, linguagens, invenções, imaginações, brincadeiras e cuidados.

Assim, a Educação Infantil precisa oferecer as melhores condições e os recursos construídos historicamente para a criança porque ela é um ser que se humaniza por estar aberta ao mundo, por portar desejos, por interagir com outras pessoas, por significar e atuar sobre o mundo, por fazer história e cultura, por ser memória, presente e futuro, por ser um corpo que fala, por ser um novo começo para a humanidade. Um ser que vai constituindo-se nas e pelas relações objetivas e subjetivas de sua trajetória no mundo.

Desse modo, as crianças, para além da filiação a um grupo etário próprio, é um sujeito ativo, que pertence a uma classe social, a um gênero, a uma etnia, a uma origem geográfica. São sujeitos sociais e históricos, marcados, portanto, pelas condições das sociedades em que estão inseridas. Significa dizer que são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, produtoras de cultura, mas também influenciadas pela cultura adulta. Conceber a criança por essa lente favorece enxergá-la a partir de seu ponto de vista, de modo a entender que a infância não se resume a um determinado estágio de desenvolvimento, mas reverte-se em uma categoria social própria, impondo na recusa de olhares uniformes e homogêneos, desafiando o respeito pelas mais diversas infâncias.

Entre as várias concepções, o Currículo requer um posicionamento sobre qual é a visão que a Educação Infantil assume em relação às crianças, qual seja: "(...) um ser humano em construção, em processo de humanização, pois a natureza humana é fruto de nossa história social". Ao apropriar-se da cultura acumulada ao longo da história, a criança (re) nasce como ser social:

As crianças, por serem capazes, aprendem e desenvolvem-se nas relações com seus pares e com adultos, explorando os materiais e os ambientes, participando de situações de aprendizagem interessantes, envolvendo-se em atividades desafiadoras, enfim, vivendo a infância.

Por serem competentes, aprendem e desenvolvem-se ao cantar, correr, brincar, ouvir histórias, descobrir e observar objetos, manipular massinha e outros materiais, desenhar, pintar, dramatizar, imitar, construir com pecinhas, jogar, mexer com água, empilhar blocos, passear, recortar, saltar, bater palmas, movimentar-se de lá para cá, conhecer o ambiente a sua volta, interagir amplamente com seus pares, memorizar cantigas, dividir o lanche, escrever seu nome, ouvir música, dançar, contar, entre outras ações.

A instituição de Educação Infantil é um lugar privilegiado para que as crianças tenham acesso a oportunidades de compartilhar saberes, de reorganizar e recriar suas

experiências, de favorecer vivências provocativas, inovar e criar a cultura de ter contato e incorporar os bens culturais produzidos pela humanidade.

Todavia, crianças de mesma idade podem apresentar desenvolvimento distinto. Cresce em importância o papel da instituição educacional que constitui, assim, os lócus onde as conquistas já efetivadas levam àquilo que deve ser alcançado, à "emergência do novo", às aprendizagens e, portanto, ao desenvolvimento.

Como afirma Sarmiento (2005), é plausível dizer que a escola pode pouco contra a exclusão. Entretanto, a escola ainda é insubstituível por ser um contraponto à exclusão social e por ser um espaço de produção de uma sociedade de afirmação de direitos sociais, insubstituível para uma cidadania ativa, tendo crianças e comunidade como parceiras de seus próprios processos de emancipação.

Bebês e crianças pequenas – O que precisamos considerar?

Os bebês e as crianças pequenas possuem semelhanças e diferenças. Muitas características estão presentes de maneira comum, outras são específicas de cada idade ou faixa etária. De qualquer maneira, é essencial, ao lidar com esses seres humanos, ter em conta:

- as diferentes infâncias, a história da infância e da Educação Infantil no mundo, no país, no DF e em cada instituição;
- a diferença entre o atendimento escolar e o de outros espaços coletivos como família, igrejas, etc.;
- a influência da instituição escolar na vida dos pequenos cidadãos; a necessidade de imprimir intencionalidades educativas em suas práticas;
- as peculiaridades e o perfil sociopolítico e econômico distintos dos atendidos;
- a faixa etária e sua dependência em relação às famílias e suas características;
- o período de desenvolvimento físico, social, cognitivo, motor e emocional de cada criança;
- a maneira como a criança aprende e apreende o mundo;
- a importância de uma relação cotidiana com as famílias, suas vivências e seu acervo cultural.

Quando elegemos duas faixas etárias, a saber: bebês da creche e crianças pequenas da pré-escola, alertamos para o fato de que esses marcos cronológicos são referências gerais, pois nenhuma criança é idêntica à outra. Entretanto, não obstante as diferenças quantitativas e qualitativas, as crianças pertencem a uma mesma época do desenvolvimento.

Reitera-se que o desenvolvimento não é "um somatório de experiências que se sucedem de modo linear e mecânico com o passar dos anos". O desenvolvimento requer o entendimento da dinâmica das atividades mediadas socialmente e situadas historicamente. As aprendizagens sistematizadas orientam e intervêm diretamente no processo de desenvolvimento infantil.

A periodização do desenvolvimento infantil foi e é objeto de estudo de várias correntes teóricas. Apresentamos, de forma bastante sumária, o que propõe Leon-

Prefeitura Municipal de Salvador do Estado da Bahia

SALVADOR – BA

Professor Educação Infantil ao 5º ano

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume II

AB033-19-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Salvador do Estado da Bahia

Professor Educação Infantil ao 5º ano

Atualizada até 03/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Atualidades - Profª Leticia Veloso

Processo Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Conhecimentos Pedagógicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Legislação Específica - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Conhecimentos Específicos - Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos Específicos - Matemática - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Conhecimentos Específicos - Ciências da Natureza - Profª Janaina Lopes de Oliveira

Conhecimentos Específicos - História/ Geografia - Profª Janaina Lopes de Oliveira

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Érica Duarte

Leandro Filho

Karina Fávaro

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina

Thais Regis

Danna Silva

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Ensino: Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	01
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90	20
Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	77
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007	77
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	99

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – LÍNGUA PORTUGUESA

Análise de textos, para reconhecer, dentre outros aspectos: o tema ou a ideia global do texto ou, ainda, o tópico de um parágrafo; os argumentos defendidos pelo autor; o propósito ou finalidade pretendida; a síntese do seu conteúdo global; as características do tipo ou do gênero textual em que se realiza; a função (referencial, expressiva, apelativa, poética, fática, metalinguística) que desempenha.....	01
Relações de intertextualidade, como, por exemplo, a fidelidade de paráfrases a seus segmentos de origem e/ou o efeito argumentativo da citação; informações explícitas e implícitas veiculadas; o nível (formal ou informal) da linguagem.....	01
As relações lógico-discursivas (causalidade, temporalidade, conclusão, comparação, finalidade, oposição, condição, explicação, adição, entre outras) estabelecidas entre parágrafos, períodos ou orações.....	04
elementos sequenciadores que asseguram a continuidade do texto; relações de referência e substituição; relações de sentido entre as palavras (sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia e paronímia).....	04
Efeitos de sentido pretendidos pelo uso de certos recursos lexicais e gramaticais; usos metafóricos e metonímicos das palavras e expressões; marcas linguísticas com base nas quais é possível identificar o autor, o destinatário do texto e o tipo de relações sociais entre eles.....	04

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MATEMÁTICA

Números Naturais: significados e Sistema de Numeração Decimal; Números Racionais: significados, representação decimal e fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numérica.....	01
Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Números primos.....	01
Linguagem algébrica; cálculo algébrico; equações e inequações.....	01
Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos.....	03
Figuras geométricas espaciais e planas: características, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação.....	03
Medidas: procedimentos e instrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões.....	04
sistema monetário brasileiro.....	08
cálculo e comparação de perímetro e área; aplicações geométricas.....	11
Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos.....	12
Média aritmética.....	12
Probabilidade.....	31
Recursos para o ensino de Matemática: resolução de problemas, jogos, história da Matemática e elementos tecnológicos.....	38

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS DA NATUREZA

Ambiente e Seres Vivos. Ar atmosférico: composição, propriedades e importância da atmosfera e de seus componentes para a vida no planeta. Água: importância, composição, propriedades, estados físicos da água, ciclo da água na natureza, uso racional e desperdício. Solo: importância, composição, erosão, poluição e preservação.....	01
Caracterização geral e classificação dos seres vivos. Animais: adaptações, reprodução e respiração. Vegetais: adaptações, fotossíntese, respiração e transpiração.....	20
Relações entre seres vivos e formas de obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilíbrio ecológico, suas causas e consequências.....	24
Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e características.....	27
Ser Humano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana. Relações entre os diferentes sistemas (visão do corpo humano como um todo integrado).....	27
Princípios básicos de saúde: doenças infectocontagiosas.....	38
Aspectos biológicos, afetivos e culturais da sexualidade.....	40
Métodos anticoncepcionais.....	46
Energia: conceito, importância, formas, fontes e transformação.....	47
Matéria: estrutura e propriedades.....	53
Exploração de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas.....	57
A produção de resíduos (lixo, esgoto e gases poluentes); causas e consequências; formas sustentáveis de descartar no ambiente.....	58
Ética ecológica e social na obtenção dos recursos tecnológicos.....	60

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – HISTÓRIA/GEOGRAFIA

Fontes históricas, periodização e elementos históricos (homem, cultura, espaço e tempo)	01
Formação da sociedade brasileira – os elementos formadores do povo brasileiro: os indígenas, os portugueses, os africanos e os imigrantes.....	01
Diferentes manifestações culturais.....	14
Lei nº 10.639/03.....	15
Acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais dos diferentes períodos da História do Brasil (colonial, imperial e republicano).....	15
História do estado do Estado da Bahia (do século XVI aos dias atuais).....	31
Construção dos conceitos de tempo: duração, simultaneidade, posterioridade e anterioridade.....	31
Localização espacial: círculos terrestres, coordenadas geográficas, projeções cartográficas, pontos cardeais e colaterais. Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e convenções cartográficas.....	34
Caracterização do espaço geográfico: relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações naturais e humanas.....	38
Espaço brasileiro: população, urbanização, grandes divisões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização.	50
Espaço mundial: divisão internacional do trabalho, globalização e questão ambiental. Construção dos conceitos de espaço (relações topológicas, projetivas e euclidianas) e de grupos sociais.....	62
Posicionamento crítico para o desenvolvimento da cidadania.....	66

ÍNDICE

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Ensino: Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	01
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90.....	20
Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	77
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007.....	77
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	99

O SISTEMA NACIONAL DE ENSINO: LEI Nº 9394/96 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL).

A lei estudada neste tópico “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. Data de 20 de dezembro de 1996, tendo sido promulgada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas já passou por inúmeras alterações desde então. Partamos para o comentário em bloco de seus dispositivos:

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O primeiro artigo da LDB estabelece que a educação é um processo que não se dá exclusivamente nas escolas. Trata-se da clássica distinção entre educação formal e não formal ou informal: “A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. A LDB disciplina apenas a educação escolar, ou seja, a educação formal, que não exclui o papel das famílias e das comunidades na educação informal.



#FicaDica

Educação formal – escolar
Educação informal – comunitária, familiar, religiosa.

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII - consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

A educação escolar deve permitir a formação do cidadão e do trabalhador: uma pessoa que consiga se inserir no mercado de trabalho e ter noções adequadas de cidadania e solidariedade no convívio social. Entre os princípios, trabalha-se com o direito de acesso à educação de qualidade (gratuita nos estabelecimentos públicos), a liberdade nas atividades de ensino em geral (tanto para o educador quanto para o educado), a valorização do professor, o incentivo à educação informal e o respeito às diversidades de ideias, gêneros, raça e cor.



#FicaDica

A educação é dever da família e do Estado.

TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal:

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.

Conforme se percebe pelo artigo 4º, divide-se em etapas a formação escolar, nos seguintes termos:

- A educação básica é obrigatória e gratuita. Envolve a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil deve ser garantida próxima à residência. Com efeito, existe a garantia do direito à creche gratuita. No mais, pessoas fora da idade escolar que queiram completar seus estudos têm direito ao ensino fundamental e médio.

- A educação superior envolve os níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, devendo ser acessível conforme a capacidade de cada um.

- Neste contexto, devem ser assegurados programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O artigo 5º reitera a gratuidade e obrigatoriedade do ensino básico e assegura a possibilidade de se buscar judicialmente a garantia deste direito em caso de negativa pelo poder público. Será possível fazê-lo por meio de mandado de segurança ou ação civil pública. Além da judicialização para fazer valer o direito na esfera cível, cabe em caso de negligência o acionamento na esfera penal, buscando-se a punição por crime de responsabilidade.

Adiante, coloca-se o dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula da criança.

Por fim, o artigo 7º estabelece a possibilidade do ensino particular, desde que sejam respeitadas as normas da educação nacional, autorizado o funcionamento pelo poder público e que tenha possibilidade de se manter independentemente de auxílio estatal, embora exista previsão de tais auxílios em circunstâncias determinadas descritas no artigo 213, CF.

Já o artigo 7o-A, passando a valer em 03 de março de 2019, disciplina o direito do aluno de, por motivo religioso, faltar à aula ou à prova, devendo ser aplicada atividade ou aula substitutiva para eventual reposição.



#FicaDica

A LDB amplia o conteúdo da própria CF, ao garantir não apenas o ensino fundamental, mas todo o ensino básico (pré-escola, fundamental e médio) como obrigatório e gratuito, também prevendo de forma expressa a gratuidade do ensino infantil (creches).

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;
V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei;

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – LÍNGUA PORTUGUESA

Análise de textos, para reconhecer, dentre outros aspectos: o tema ou a ideia global do texto ou, ainda, o tópico de um parágrafo; os argumentos defendidos pelo autor; o propósito ou finalidade pretendida; a síntese do seu conteúdo global; as características do tipo ou do gênero textual em que se realiza; a função (referencial, expressiva, apelativa, poética, fática, metalinguística) que desempenha.....	01
Relações de intertextualidade, como, por exemplo, a fidelidade de paráfrases a seus segmentos de origem e/ou o efeito argumentativo da citação; informações explícitas e implícitas veiculadas; o nível (formal ou informal) da linguagem.....	01
As relações lógico-discursivas (causalidade, temporalidade, conclusão, comparação, finalidade, oposição, condição, explicação,adição,entre outras)estabelecidasentreparágrafos,períodosouorações.....	04
elementos sequenciadores que asseguram a continuidade do texto; relações de referência e substituição; relações de sentido entre as palavras (sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia e paronímia).....	04
Efeitos de sentido pretendidos pelo uso de certos recursos lexicais e gramaticais; usos metafóricos e metonímicos das palavras e expressões; marcas linguísticas com base nas quais é possível identificar o autor, o destinatário do texto e o tipo de relações sociais entre eles.....	04

ANÁLISE DE TEXTOS, PARA RECONHECER, DENTRE OUTROS ASPECTOS: O TEMA OU A IDEIA GLOBAL DO TEXTO OU, AINDA, O TÓPICO DE UM PARÁGRAFO; OS ARGUMENTOS DEFENDIDOS PELO AUTOR; O PROPÓSITO OU FINALIDADE PRETENDIDA; A SÍNTESE DO SEU CONTEÚDO GLOBAL; AS CARACTERÍSTICAS DO TIPO OU DO GÊNERO TEXTUAL EM QUE SE REALIZA; A FUNÇÃO (REFERENCIAL, EXPRESSIVA, APELATIVA, POÉTICA, FÁTICA, METALINGUÍSTICA) QUE DESEMPENHA

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Língua Portuguesa, que acompanha a apostila”

RELAÇÕES DE INTERTEXTUALIDADE, COMO, POR EXEMPLO, A FIDELIDADE DE PARÁFRASES A SEUS SEGMENTOS DE ORIGEM E/OU O EFEITO ARGUMENTATIVO DA CITAÇÃO; INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS VEICULADAS; O NÍVEL (FORMAL OU INFORMAL) DA LINGUAGEM

Imagine a situação: você passa uma tarde lendo o romance *Crime e Castigo* do escritor russo Fiodor Dostoiévski. Tal romance trata da história de um assassinato e do sentimento de culpa gerado por esse ato. Você fecha o livro e liga a televisão. O telejornal está transmitindo a notícia de um crime. Então você lembra o que leu e assiste ao noticiário influenciado pelo romance russo. Tenta verificar, no agressor da vida real, características descritas nas páginas ficcionais. Isso nada mais é do que um modo de leitura muito comum chamado **intertextualidade**, a fusão e interferência de um texto lido sobre o outro.

Somos seres dotados de memória. Mas a memória humana é menos imparcial do que a dos computadores. Quando pensamos estar criando algo, muitas vezes não passa de uma lembrança de algo visto em tempo remoto, atravessada por outras lembranças. No século XIX, período marcado pela estética romântica, encarava-se o artista enquanto um *gênio criador*, que criava suas obras a partir do zero. Entretanto, no século XX, percebeu-se que não existe criação pura, qualquer artista ou pessoa cria influenciado pelo que já leu, viu e ouviu ao longo da vida. Somos uma colcha de retalhos, ou seja, somos seres marcados pela intertextualidade por excelência.

1 – Conceito de intertextualidade

Intertextualidade é o diálogo estabelecido entre textos, através das referências presentes um no outro. Segundo a linguista Julia Kristeva, “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto.” Isso não quer dizer que intertextualidade seja um fenômeno que se apresente quando o autor cita diretamente outros autores. Pelo contrário, esse diálogo textual se dá de modo implícito, quando as ideias apresentadas numa página sofreram influências de outros autores e pensamentos.

Isso nos faz concluir que não existe texto neutro, nem texto puro. Se toda escrita é um mosaico de citações é porque escrevemos o que quer que seja auxiliados pela memória, que é uma faculdade humana e influenciável por tudo o que guarda. Quando acreditamos estarmos criando algo original, fatalmente nos esbarramos nas lembranças das coisas que lemos e ouvimos. Nesse sentido, não existe originalidade absoluta, mas modos originais de reorganizar essa colcha de retalhos chamada memória.

Assim sendo, quando lemos um texto, quantas vezes estão presentes dentro dele? Somente a daquele que escreve ou também de alguns autores que o influenciaram até o momento da escrita? O linguista Mikhail Bakhtin usava os conceitos de *dialogismo* e *polifonia* (várias vozes) para tratar dessa questão. Segundo o pensador russo, um texto sempre lembra outros textos, pois escrever é dialogar com o mundo. Para que se entenda melhor tal questão, atente à música do compositor Chico Buarque “Até o fim”:

Quando nasci veio um anjo safado
O chato do querubim
E decretou que eu estava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim
“inda” garoto deixei de ir à escola
Cassaram meu boletim
Não sou ladrão, eu não sou bom de bola
Nem posso ouvir clarim
Um bom futuro é o que jamais me esperou
Mas vou até o fim
Eu bem que tenho ensaiado um progresso
Virei cantor de festim
Mamãe contou que eu faço um bruto sucesso
Em quixeramobim
Não sei como o maracatu começou

Mas vou até o fim
 Por conta de umas questões paralelas
 Quebraram meu bandolim
 Não querem mais ouvir as minhas mazelas
 E a minha voz chinfrim
 Criei barriga, a minha mula empacou
 Mas vou até o fim
 Não tem cigarro acabou minha renda
 Deu praga no meu capim
 Minha mulher fugiu com o dono da venda
 O que será de mim ?

Aqueles que não têm costume de ler poesia podem gostar dessa letra de Chico Buarque e classificarem-na como original, devido ao tema do "anjo safado". Entretanto, quando Chico escreve esse texto dialoga diretamente com o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, autor do "Poema de Sete Faces":

Quando nasci, um anjo torto
 desses que vivem na sombra
 disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.
 As casas espiam os homens
 que correm atrás de mulheres.
 A tarde talvez fosse azul,
 não houvesse tantos desejos.
 O bonde passa cheio de pernas:
 pernas brancas pretas amarelas.
 Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu co-
 ração.

Porém meus olhos
 não perguntam nada.
 O homem atrás do bigode
 é sério, simples e forte.
 Quase não conversa.
 Tem poucos, raros amigos
 o homem atrás dos óculos e do -bigode,
 Meu Deus, por que me abandonaste
 se sabias que eu não era Deus
 se sabias que eu era fraco.
 Mundo mundo vasto mundo,
 se eu me chamasse Raimundo
 seria uma rima, não seria uma solução.
 Mundo mundo vasto mundo,
 mais vasto é meu coração.
 Eu não devia te dizer
 mas essa lua
 mas esse conhaque
 botam a gente comovido como o diabo.

Lendo agora o poema de Drummond percebemos sua influência sobre a música de Chico Buarque, agora, claro exemplo de intertextualidade. O anjo torto do poema mineiro é transformado em anjo safado e a referência é clara ao texto poético. Uma forma de intertextualidade bastante usada pelos poetas é a paródia, quando se faz uma explícita menção a um poema conhecido, invertendo ou humorizando sua mensagem. Veja os exemplos abaixo:

Canção do exílio – Gonçalves Dias
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá;
 As aves, que aqui gorjeiam,
 Não gorjeiam como lá.
 Nosso céu tem mais estrelas,

Nossas várzeas têm mais flores,
 Nossos bosques têm mais vida,
 Nossa vida mais amores.
 Em cismar, sozinho, à noite,
 Mais prazer eu encontro lá;
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.
 Minha terra tem primores,
 Que tais não encontro eu cá;
 Em cismar, sozinho, à noite,
 Mais prazer eu encontro lá;
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.
 Não permita Deus que eu morra,
 Sem que eu volte para lá;
 Sem que disfrute os primores
 Que não encontro por cá;
 Sem qu'inda aviste as palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.

De *Primeiros cantos* (1847)

Esse é um clássico da poesia romântica, de um período em que se tentou desenhar a identidade do Brasil a partir da apresentação de uma natureza paradisíaca. Mais tarde, vários poetas vão criticar essa postura artificial do romantismo usando *Canção do Exílio* como alvo, recriando-o sob um viés mais crítico e humorístico. É o caso de *Canto de regresso à Pátria*, de Oswald de Andrade:

CANTO DE REGRESSO À PÁTRIA

Minha terra tem palmares
 onde gorjeia o mar
 Os passarinhos daqui
 Não cantam como os de lá

Minha terra tem mais rosas
 E quase que mais amores
 Minha terra tem mais ouro
 Minha terra tem mais terra

Ouro terra amor e rosas
 Eu quero tudo de lá
 Não permita Deus que eu morra
 Sem que volte para lá

Não permita Deus que eu morra
 Sem que volte pra São Paulo
 Sem que veja a Rua 15
 E o progresso de São Paulo

A intertextualidade tecida por Oswald de Andrade se quer crítica, substituindo as "palmeiras" naturais pelos "palmares" escravocratas. Esse método é comum no século XX, século de releitura da tradição. Um outro modo de intertextualidade é a paráfrase (do grego, *reprodução de uma sentença*), em que se resgata um texto original, modificando-o, sem alterar sua mensagem.

Veja o exemplo:

"Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
Minha boca procura a 'Canção do Exílio'.
Como era mesmo a 'Canção do Exílio'?
Eu tão esquecido de minha terra...
Ai terra que tem palmeiras
Onde canta o sabiá!"

(Carlos Drummond de Andrade, "Europa, França e Bahia")

Notamos acima a intertextualidade oferecida por Drummond, que dialoga com o poema de Gonçalves Dias mas, ao contrário de Oswald de Andrade, não desvia o sentido do texto original, antes reforça sua primeira mensagem.

Nas artes visuais a intertextualidade também é conhecida. Vejamos:



Quem nunca ouviu falar da *Monalisa*, iniciada em 1503 por Leonardo Da Vinci, e considerada uma das obras mais famosas do mundo? Durante séculos vista como símbolo de perfeição, tal obra foi relida em 1919 pelo artista dadaísta Marcel Duchamp e tomou essa feição:



Um simples bigode numa musa como Gioconda é bem mais que uma paródia, é também intertextualidade crítica. Ao mesmo tempo que Duchamp dialoga com Da Vinci, resgatando sua obra máxima, o francês dialoga também com artistas e pensadores do século XX, os quais estão criticando a noção do pintor enquanto gênio criador.

Há outras formas de intertextualidade. Vejamos:

- **Epígrafe:** originalmente "o que está na posição superior", a epígrafe é utilizada no início de textos, quando o autor resgata uma citação de outro pensador e a coloca como indicação do que será analisado nas linhas que seguem.

Exemplo:

Uma análise dos aspectos sociolinguísticos dos falantes do sul do Brasil

Maria Silva

"O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos com aquilo que fazem de nós"
- Jean-Paul Sartre

A epígrafe apresentada acima já adianta ao leitor o tom que será usado na análise posterior.

- **Citação:** essa palavra, oriunda do latim, significa convocação. Utilizada principalmente em textos científicos e acadêmicos, consiste no resgate da fala de uma autoridade do assunto em questão para reforçar os argumentos apresentados no texto.

Exemplo:

Diz-se que a racionalidade é o que separa o homem do seu outro, animal. Como diria Jean-Paul Sartre: "No ponto de partida não pode haver outra verdade além desta: «penso, logo existo», esta é a verdade absoluta da consciência alcançando-se a si mesma."

- **Alusão:** do latim *alludere* (para brincar), usado quando se faz uma menção direta a algum fato explicitado em outro texto.

Exemplo: E ela ainda diz que não se trata de uma *Amélia*.

Na frase acima, faz-se uma alusão à música de Mário Lago, "Amélia", em que se apresenta a imagem de uma mulher submissa e do lar.

Podemos perceber, portanto, que a intertextualidade faz parte da própria cultura diária. A todo momento somos influenciados pelo que lemos e vemos e o reproduzimos de forma criativa. Como diria Julia Kristeva, todos somos um "mosaico de citações".

AS RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS (CAUSALIDADE, TEMPORALIDADE, CONCLUSÃO, COMPARAÇÃO, FINALIDADE, OPOSIÇÃO, CONDIÇÃO, EXPLICAÇÃO, ADIÇÃO, ENTRE OUTRAS) ESTABELECIDAS ENTRE PARÁGRAFOS, PERÍODOS OU ORAÇÕES

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Língua Portuguesa, que acompanha a apostila”

ELEMENTOS SEQUENCIADORES QUE ASSEGURAM A CONTINUIDADE DO TEXTO; RELAÇÕES DE REFERENCIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO; RELAÇÕES DE SENTIDO ENTRE AS PALAVRAS (SINONÍMIA, ANTONÍMIA, HIPERONÍMIA, HIPONÍMIA E PARONÍMIA)

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Língua Portuguesa, que acompanha a apostila”

EFEITOS DE SENTIDO PRETENDIDOS PELO USO DE CERTOS RECURSOS LEXICAIS E GRAMATICAIS; USOS METAFÓRICOS E METONÍMICOS DAS PALAVRAS E EXPRESSÕES; MARCAS LINGUÍSTICAS COM BASE NAS QUAIS É POSSÍVEL IDENTIFICAR O AUTOR, O DESTINATÁRIO DO TEXTO E O TIPO DE RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE ELAS.

FIGURA DE LINGUAGEM, PENSAMENTO E CONSTRUÇÃO



Disponível em: <<http://www.terapiadapalavra.com.br/figuras-de-linguagem-na-escrita-literaria/>> Acesso abr, 2018.

A figura de palavra consiste na substituição de uma palavra por outra, isto é, no emprego figurado, simbólico, seja por uma relação muito próxima (contiguidade), seja por uma associação, uma comparação, uma similaridade. São construções que transformam o significado das palavras para tirar delas maior efeito ou para construir uma mensagem nova.

1. Tipos de Figuras de Linguagem

1.1. Figuras de Som

Aliteração - Consiste na repetição de consoantes como recurso para intensificação do ritmo ou como efeito sonoro significativo.

Três pratos de trigo para três tigres tristes.

Vozes veladas, veludas, veludas vozes... (Cruz e Sousa)

Quem com ferro fere com ferro será ferido.

Assonância - Consiste na repetição ordenada de sons vocálicos idênticos: “*Sou um mulato nato no sentido lato mulato democrático do litoral.*”

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MATEMÁTICA

Números Naturais: significados e Sistema de Numeração Decimal; Números Racionais: significados, representação decimal e fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numérica	01
Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Números primos;	01
Linguagem algébrica; cálculo algébrico; equações e inequações.....	01
Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos	03
Figuras geométricas espaciais e planas: características, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação;	03
Medidas: procedimentos e instrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões;	04
sistema monetário brasileiro	08
cálculo e comparação de perímetro e área; aplicações geométricas;.....	11
Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos.....	12
Média aritmética.	12
Probabilidade;	31
Recursos para o ensino de Matemática: resolução de problemas, jogos, história da Matemática e elementos tecnológicos.....	38

NÚMEROS NATURAIS: SIGNIFICADOS E SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL; NÚMEROS RACIONAIS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÃO DECIMAL E FRACIONÁRIA, EQUIVALÊNCIA, ORDENAÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA RETA NUMÉRICA

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Raciocínio Lógico-Matemático, que acompanha a apostila”

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS E RACIONAIS: SIGNIFICADOS, PROPRIEDADES E PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO DAS OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO; MÚLTIPLOS E DIVISORES. DIVISIBILIDADE. NÚMEROS PRIMOS;

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Raciocínio Lógico-Matemático, que acompanha a apostila”

LINGUAGEM ALGÉBRICA; CÁLCULO ALGÉBRICO; EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES

EXPRESSÕES ALGÉBRICAS

1. Definições

Expressões Algébricas: São aquelas que contêm números e letras.
Ex: $2ax^2 + bx$

Variáveis: São as letras das expressões algébricas que representam um número real e que de princípio não possuem um valor definido.

Valor numérico: É o número que obtemos substituindo as variáveis por números e efetuamos suas operações.

Ex: Sendo $x=1$ e $y=2$, calcule o valor numérico (VN) da expressão:

Substituindo os valores: $x^2 + y \rightarrow 1^2 + 2 = 3$
. Portanto o valor numérico da expressão é 3.

Monômio: Os números e letras estão ligados apenas por produtos.
Ex: $4x$

Polinômio: É a soma ou subtração de dois ou mais monômios.

Ex: $4x+2y$

Termos semelhantes: São aqueles que possuem partes literais iguais (variáveis)

Ex: $2x^3y^2z$ e $3x^3y^2z$ são termos semelhantes pois possuem a mesma parte literal (x^3y^2z).

2. Adição e subtração de monômios



FIQUE ATENTO!

Só podemos efetuar a adição e subtração de monômios entre termos semelhantes. E quando os termos envolvidos na operação de adição ou subtração não forem semelhantes, deixamos apenas a operação indicada.

Ex: Dado os termos $5xy^2$, $20xy^2$, como os dois termos são semelhantes, é possível efetuar a adição e a subtração deles:

$$5xy^2 + 20xy^2 = 25xy^2$$

Ex: Já para $5xy^2 - 20xy^2$ devemos subtrair apenas os coeficientes e conservar a parte literal.

$$5xy^2 - 20xy^2 = -15xy^2$$

3. Multiplicação de monômios

Para multiplicarmos monômios não é necessário que eles sejam semelhantes, basta multiplicarmos coeficiente com coeficiente e parte literal com parte literal. Sendo que quando multiplicamos as partes literais devemos usar a propriedade da potência que diz: $a^m \cdot a^n = a^{m+n}$ (bases iguais na multiplicação, repetimos a base e somamos os expoentes).

Ex: $(3a^2b) \cdot (-5ab^3)$

Na multiplicação dos dois monômios, devemos multiplicar os coeficientes 3 e -5 e na parte literal multiplicamos os termos que contêm a mesma base para que possamos usar a propriedade de soma dos expoentes:

$$\begin{aligned} (3a^2b) \cdot (-5ab^3) &= 3 \cdot (-5) \cdot (a^2 \cdot a) \cdot (b \cdot b^3) \\ (3a^2b) \cdot (-5ab^3) &= -15 \cdot (a^{2+1}) \cdot (b^{1+3}) \\ (3a^2b) \cdot (-5ab^3) &= -15 a^3b^4 \end{aligned}$$

4. Divisão de monômios

Para dividirmos os monômios não é necessário que eles sejam semelhantes, basta dividirmos coeficiente com coeficiente e parte literal com parte literal. Sendo que quando dividirmos as partes literais devemos usar a propriedade da potência que diz: $a^m : a^n = a^{m-n}$ (bases iguais na divisão repetimos a base e diminuímos os expoentes), sendo que .

Ex: $(-20x^2y^3) : (-4xy^3)$

Na divisão dos dois monômios, devemos dividir os coeficientes -20 e -4 e na parte literal dividirmos os termos que contém a mesma base para que possamos usar a propriedade

$$\begin{aligned} (-20x^2y^3) : (-4xy^3) &= (-20) : (-4) \cdot (x^2 : x) \cdot (y^3 : y^3) \\ (-20x^2y^3) : (-4xy^3) &= +5(x^{2-1}) \cdot (y^{3-3}) \\ (-20x^2y^3) : (-4xy^3) &= +5(x^1) \cdot (y^0) \\ (-20x^2y^3) : (-4xy^3) &= +5x \end{aligned}$$

5. Potenciação de monômios

Na potenciação de monômios devemos novamente utilizar uma propriedade da potenciação:

I - $(ab)^m = a^m b^m$
 II - $(a^m)^n = a^{m \cdot n}$

Ex: $(-5x^2b^6)^2$

Aplicando as propriedades:

$$\begin{aligned} (-5x^2b^6)^2 &= (-5)^2 \cdot (x^2)^2 \cdot (b^6)^2 \\ (-5x^2b^6)^2 &= +25x^4b^{12} \end{aligned}$$

6. Adição e Subtração de expressões algébricas

Para determinarmos a soma ou subtração de expressões algébricas, basta somar ou subtrair os termos semelhantes.

Ex: $2x^3y^2z + 3x^3y^2z = 5x^3y^2z$
 Ex: $2a^2b - 3a^2b = -a^2b$

7. Multiplicação e Divisão de expressões algébricas

Na multiplicação e divisão de expressões algébricas, devemos usar a propriedade distributiva.

Ex: $a(x + y) = ax + ay$
 Ex: $(a + b) \cdot (x + y) = ax + ay + bx + by$
 Ex: $x(x^2 + y) = x^3 + xy$



#FicaDica

Para multiplicarmos potências de mesma base, conservamos a base e somamos os expoentes. Na divisão de potências devemos conservar a base e subtrair os expoentes

Ex: $\frac{4x^2}{2x} = 2x$

Ex: $\frac{6x^3 - 8x}{2x} = 3x^2 - 4$

Ex: $\frac{x^4 - 5x^3 + 9x^2 - 7x + 2}{x^2 - 2x + 1}$

Neste exemplo mais sofisticado, devemos usar a divisão por chaves:

$$\begin{array}{r} x^4 - 5x^3 + 9x^2 - 7x + 2 \quad | \quad x^2 - 2x + 1 \\ -x^4 + 2x^3 - x^2 \\ \hline -3x^3 + 8x^2 - 7x \\ + 3x^2 - 6x + 3x \\ \hline - 2x^2 - 4x + 2 \\ - 2x^2 + 4x - 2 \\ \hline 0 \end{array}$$

www.exatas.hpg.com.br

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. Calcule: $(3x^2 + 2x - 1) + (-2x^2 + 4x + 2)$

Resposta:

$$\begin{aligned} &(3x^2 + 2x - 1) + (-2x^2 + 4x + 2) \\ &= 3x^2 - 2x^2 + 2x + 4x - 1 + 2 = x^2 + 6x + 1 \end{aligned}$$

2. Calcule: $4(10x^3 + 5x^2 + 2x) - (2x + 10)$

Resposta:

$$\begin{aligned} &4(10x^3 + 5x^2 + 2x) - (2x + 10) = 40x^3 + 20x^2 + 6x - 10 \\ &= 2(20x^3 + 10x^2 + 3x - 5) \end{aligned}$$

ESPAÇO E FORMA: DESCRIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS E OBJETOS

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Raciocínio Lógico-Matemático, que acompanha a apostila”

FIGURAS GEOMÉTRICAS ESPACIAIS E PLANAS: CARACTERÍSTICAS, PROPRIEDADES, ELEMENTOS CONSTITUINTES, COMPOSIÇÃO, DECOMPOSIÇÃO, AMPLIAÇÃO, REDUÇÃO E REPRESENTAÇÃO;

“Prezado Candidato, o tópico acima foi abordado na íntegra na matéria de Raciocínio Lógico-Matemático, que acompanha a apostila”

MEDIDAS: PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA; SISTEMAS DE MEDIDAS DECIMAIS (COMPRIMENTO, SUPERFÍCIE, VOLUME, CAPACIDADE, MASSA E TEMPERATURA) E CONVERSÕES; MEDIDAS DE TEMPO E CONVERSÕES;

O sistema de medidas e unidades existe para quantificar dimensões. Como a variação das mesmas pode ser gigantesca, existem conversões entre unidades para melhor leitura.

Medidas de Comprimento

A unidade principal (utilizada no sistema internacional de medidas) de comprimento é o metro. Para medir dimensões muito maiores ou muito menores que essa referência, surgiram seis unidades adicionais:

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)
--------------------	--------------------	--------------------	--------------	-------------------	--------------------	-------------------

A conversão de unidades de comprimento segue potências de 10. Para saber o quanto se deve multiplicar (ou dividir), utiliza-se a regra do c , onde c é o número de casas que se andou na tabela acima. Adicionalmente, se você andou para a direita, o número deverá ser multiplicado, se andou para a esquerda, será dividido. As figuras a seguir exemplificam as conversões:

Ex: Conversão de 2,3 metros para centímetros

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)
--------------------	--------------------	--------------------	--------------	-------------------	--------------------	-------------------

1° passo: Inicia-se da unidade que você vai converter

2° passo: Conte a quantidade de casas que você anda de uma unidade para a outra. De metro para centímetro foram 2 casas

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)
--------------------	--------------------	--------------------	--------------	-------------------	--------------------	-------------------



3° passo: Como foram duas casas ($c=2$) e andou-se para a direita, basta eu pegar o número em metros e multiplicar por $10^2 = 100$
Assim 2,3 metros = $2,3 \times 100 = 230$ cm

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS DA NATUREZA

Ambiente e Seres Vivos. Ar atmosférico: composição, propriedades e importância da atmosfera e de seus componentes para a vida no planeta. Água: importância, composição, propriedades, estados físicos da água, ciclo da água na natureza, uso racional e desperdício. Solo: importância, composição, erosão, poluição e preservação.	01
Caracterização geral e classificação dos seres vivos. Animais: adaptações, reprodução e respiração. Vegetais: adaptações, fotossíntese, respiração e transpiração.....	20
Relações entre seres vivos e formas de obtenção do alimento; fluxo de energia ao longo das cadeias alimentares; desequilíbrio ecológico, suas causas e consequências.	24
Diferentes ecossistemas terrestres: componentes e características.	27
Ser Humano e Saúde: noções elementares de anatomia e fisiologia humana. Relações entre os diferentes sistemas (visão do corpo humano como um todo integrado).	27
Princípios básicos de saúde: doenças infectocontagiosas.	38
Aspectos biológicos, afetivos e culturais da sexualidade.	40
Métodos anticoncepcionais.	46
Energia: conceito, importância, formas, fontes e transformação.....	47
Matéria: estrutura e propriedades.	53
Exploração de recursos naturais e seus impactos nos ecossistemas.	57
A produção de resíduos (lixo, esgoto e gases poluentes); causas e consequências; formas sustentáveis de descartar no ambiente.	58
Ética ecológica e social na obtenção dos recursos tecnológicos.	60

AMBIENTE E SERES VIVOS; AR ATMOS-FÉRICO: COMPOSIÇÃO, PROPRIEDADES E IMPORTÂNCIA DA ATMOSFERA E DE SEUS COMPONENTES PARA A VIDA NO PLANETA; ÁGUA: IMPORTÂNCIA, COMPOSIÇÃO, PROPRIEDADES, ESTADOS FÍSICOS DA ÁGUA, CICLO DA ÁGUA NA NATUREZA, USO RACIONAL E DESPERDÍCIO; SOLO: IMPORTÂNCIA, COMPOSIÇÃO, EROSÃO, POLUIÇÃO E PRESERVAÇÃO.

Os Seres Vivos e o Meio Ambiente

Já sabe que os seres vivos de um mesmo grupo que são capazes de se reproduzirem, produzindo descendentes férteis, pertencem a uma mesma espécie. Por exemplo, temos espécies de cães, de gatos, de mangueiras, de bois, etc.

Indivíduo ==> "unidade" na organização dos seres vivos

Temos quatro espécies diferentes: a do cão, a dos gatos, a das borboletas e a do mamoeiro. Mas temos sete indivíduos, ou sete organismos.

Você pode considerar o indivíduo como sendo uma "unidade" dentro de cada grupo de espécie. Sendo assim, temos:

- um indivíduo da espécie cão;
- dois indivíduos da espécie gato;
- três indivíduos de uma espécie de borboletas;
- um indivíduo da espécie mamoeiro.

A partir dessa idéia, vamos estudar os diferentes níveis de organização dos seres vivos. Vamos tomar o gato como base de estudo.

População, conjunto de indivíduos da mesma espécie vivendo numa mesma região

Se um gato é um indivíduo, muitos gatos são uma população de gatos. Então podemos dizer que população é o conjunto de indivíduos da mesma espécie que vivem numa mesma região.

Comunidade, conjunto de populações coexistindo numa mesma região

Considere todas as populações que coexistem numa mesma região, como as populações de cabras, de roseiras, de coelhos e de formigas. Neste caso, temos uma comunidade.

Numa comunidade, os seres vivos interagem, isto é, estabelecem relações entre si. Diz-se que existe uma interdependência entre os seres vivos. Se, por exemplo, os vegetais desaparecessem, toda a comunidade ficaria ameaçada, pois os animais não encontrariam mais alimentos e acabariam morrendo.

Outro exemplo: O extermínio de cobras em uma determinada região pode favorecer um aumento excessivo no número de ratos e outros roedores, que servem de alimento às cobras. O aumento exagerado das populações de ratos e outros roedores pode provocar na região

uma grande redução na população de gramíneas e vegetais herbáceos, que servem de alimento a esses animais. Sem a cobertura vegetal, o solo fica exposto à erosão pelas águas das chuvas e tende a ficar estéril, dificultando o desenvolvimento de plantas nessa área.

Da mesma forma, se os microrganismos decompositores presentes no solo desaparecessem, não haveria a decomposição dos cadáveres dos animais e dos restos vegetais. Sendo assim, não haveria também a formação do humo que fertiliza o solo e fornece sais minerais aos vegetais.

Ecosistema = comunidade + meio ambiente

Você já tem três níveis de organização dos seres vivos:

- Primeiro nível: os indivíduos;
- Segundo nível: as populações;
- Terceiro nível: as comunidades.

Os seres vivos de uma comunidade são os componentes bióticos de um ecossistema; fatores físico-químicos do ambiente (luz, água, calor, gás oxigênio, etc.) são os componentes abióticos de um ecossistema.

Assim, um lago, um rio, um campo ou uma floresta são exemplos de ecossistemas. Neles, encontramos seres vivos diversos (componentes bióticos) que se relacionam entre si e com os vários fatores ambientais, como a luz, a água, etc. (componentes abióticos).

Habitat, "endereço" de uma espécie num ecossistema

Na natureza, as espécies são encontradas em lugares determinados. É como se fosse um endereço. Por exemplo: a onça e o gambá vivem na floresta e não no deserto; o camelo e o rato-canguru vivem no deserto e não em uma floresta; o Curimatá vive no rio e não no mar; a sardinha vive no mar e não no rio.

Esses exemplos mostram que cada espécie está adaptada para viver em um determinado ambiente: floresta, deserto, água doce, água salgada, etc. Esse lugar, onde a espécie vive, recebe o nome de habitat.

Nicho ecológico, modo de vida de uma espécie num ecossistema

O conjunto de atividades ecológicas desempenhadas por uma espécie no ecossistema recebe o nome de nicho ecológico. Como se conhece o nicho ecológico de uma espécie?

Para conhecer o nicho ecológico de determinada espécie, precisamos saber do que ela se alimenta, onde se abriga, como se reproduz, quais os seus inimigos naturais, etc.

Vamos ver alguns exemplos: a cutia e a onça podem ser encontradas na mata Atlântica; possuem, então, o mesmo hábitat. No entanto, os nichos ecológicos desses animais são diferentes.

A cutia é herbívora, alimentando-se de frutos, sementes e folhas; abriga-se em tocas ou em tocos de árvores e serve de alimento para animais diversos, como a própria onça. Já a onça é carnívora, alimenta-se de animais diversos, como cobras e macacos, e não vive em tocas.

Como se vê, cutias e onças têm modos de vida diferentes, isto é, desempenham diferentes atividades dentro de um mesmo ecossistema. Logo, o nicho ecológico

da cutia é diferente do nicho ecológico da onça. Logo, o nicho ecológico da cutia é diferente do nicho ecológico da onça.

A competição em um ecossistema

Num mesmo ecossistema, quando duas espécies de seres vivos têm nichos ecológicos semelhantes, haverá competição entre elas.

A competição ocorre quando indivíduos de uma mesma espécie ou de espécies diferentes disputam alguma coisa num mesmo ambiente, como alimentos.

Na natureza, quando a competição se torna muito grande entre seres de espécies diferentes, a espécie menos adaptada migra para outras regiões ou muda seus hábitos alimentares, podendo até ser extinta da região em que vivia.

Além do alimento, os seres vivos podem competir por outros fatores do ambiente, como um abrigo para morar, água ou uma sombra para se protegerem do calor do sol.

A competição é um tipo de relação ecológica. Ela funciona como mecanismo de seleção natural, pois os indivíduos que conseguem vencer a competição podem provocar o desaparecimento da outra espécie ou a sua mudança de hábitat. Se os nichos ecológicos de duas espécies diferentes forem também diferentes, não haverá competição entre elas.

Biosfera, o conjunto de todos os ecossistemas do planeta

O conjunto de todos os ecossistemas da Terra forma a biosfera. A biosfera é a parte da Terra onde existe vida. É uma fina camada abaixo e acima do mar, onde os seres vivos encontram condições favoráveis à sua sobrevivência.

Ar Atmosférico

O ar atmosférico que envolve a Terra é uma mistura de gases, vapor de água e partículas suspensas (poeira, fuligem, produtos químicos, entre outros). Os elementos que compõem o ar são essencialmente o nitrogênio (78%) e o oxigênio (21%) e em pequena quantidade argônio (0,94%), gás carbônico (0,03%), neônio (0,0015%), entre outros.

Propriedades Físicas do Ar

O ar tem algumas características que nos ajuda a perceber sua existência, já que não o vemos ou sequer podemos tocá-lo. São suas propriedades físicas:

Matéria e Massa

Como todas as coisas que conhecemos, o ar é composto de matéria, afinal é formado por diversos gases, que por sua vez são formados por átomos. Então, o ar tem massa e ocupa espaço. Exemplo: Ao soprarmos um balão de aniversário ele fica cheio de ar e ocupa mais espaço.

Pressão

O ar atmosférico exerce pressão sobre a superfície terrestre, é a chamada pressão atmosférica. Quanto mais próximo da superfície maior é a pressão (o ar tem mais

massa e pesa mais) e à medida que aumenta a altitude diminui a pressão, pois tem menos ar acima e ele fica mais leve.

Densidade

O ar tem peso graças à gravidade, a força que atrai todas as coisas para o centro da Terra, por isso a concentração dos gases é maior próximo ao nível do mar, conseqüentemente mais denso. Então o ar que respiramos é mais denso do que o ar das montanhas, porque em altitudes maiores a densidade do ar diminui e ele se torna rarefeito.

Resistência

O ar se contrapõe ao movimento porque ele tem resistência. Quanto mais rápido for o deslocamento (maior a velocidade) maior será a resistência. Exemplo: quanto mais depressa andamos de bicicleta, maior será a resistência do ar. Por esse motivo que carros, aviões, barcos e outros tipos de veículos são projetados para diminuir a resistência do ar, pois dessa maneira ele gastará menos energia (combustível) e sofrerá menor desgaste.

Compressibilidade, Expansibilidade e Elasticidade

O ar pode sofrer compressão ou expansão e depois retornar ao estado em que estava.

- Quando é comprimido ele diminui o seu volume (Compressibilidade). Exemplo: apertar o êmbolo da seringa até o fim, tapando o orifício. O ponto até onde vai o êmbolo mostra o quanto o ar foi comprimido.

- Se parar de acontecer compressão, o ar volta a ocupar o espaço que ocupava antes (Elasticidade). Exemplo: quando apertamos o êmbolo da seringa, tapando o orifício e depois soltamos, o êmbolo retorna à posição anterior.

- Quando o ar se expande aumenta o seu volume (Expansibilidade). Exemplo: um vidro com perfume é aberto e o cheiro se espalha pelo ambiente, pois o aroma volátil misturado com o ar ocupa um espaço maior.

ECOLOGIA

A ecologia abrange desde áreas como processos globais, estudos de habitats marinhos e terrestres (Meio) a interações interespecíficas como predação e polinização. A Ecologia é a ciência que estuda as interações entre os organismos e seu ambiente, ou seja, é o estudo científico da distribuição e abundância dos seres vivos e das interações que determinam a sua distribuição. As interações podem ser entre seres vivos e/ou com o meio ambiente. A palavra Ecologia tem origem no grego "oikos", que significa casa, e "logos", estudo. Logo, por extensão seria o estudo da casa, ou, de forma mais genérica, do lugar onde se vive.

O cientista alemão Ernst Haeckel usou pela primeira vez este termo em 1869 para designar o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem.

A Ecologia pode ser dividida em Autoecologia, Democologia e Sinecologia. Entretanto, diversos ramos tem surgido utilizando diversas áreas do conhecimento:

Biologia da Conservação, Ecologia da Restauração, Ecologia Numérica, Ecologia Quantitativa, Ecologia Teórica, Macroecologia, Ecofisiologia, Agroecologia, Ecologia da Paisagem. Ainda pode-se dividir a Ecologia em Ecologia Vegetal e Animal e ainda em Ecologia Terrestre e Aquática.

O meio ambiente afeta os seres vivos não só pelo espaço necessário à sua sobrevivência e reprodução, mas também às suas funções vitais, incluindo o seu comportamento, através do metabolismo. Por essa razão, o meio ambiente e a sua qualidade determinam o número de indivíduos e de espécies que podem viver no mesmo habitat. Por outro lado, os seres vivos também alteram permanentemente o meio ambiente em que vivem. O exemplo mais dramático de alteração do meio ambiente por organismos é a construção dos recifes de coral por minúsculos invertebrados, os pólipos coralinos.

As relações entre os diversos seres vivos existentes num ecossistema também influencia na distribuição e abundância deles próprios. Como exemplo, incluem-se a competição pelo espaço, pelo alimento ou por parceiros para a reprodução, a predação de organismos por outros, a simbiose entre diferentes espécies que cooperam para a sua mútua sobrevivência, o comensalismo, o parasitismo e outras.

A maior compreensão dos conceitos ecológicos e da verificação das alterações de vários ecossistemas pelo homem levou ao conceito da Ecologia Humana que estuda as relações entre o homem e a biosfera, principalmente do ponto de vista da manutenção da sua saúde, não só física, mas também social. Com o passar do tempo surgiram também os conceitos de conservação que se impuseram na atuação dos governos, quer através das ações de regulamentação do uso do ambiente natural e das suas espécies, quer através de várias organizações ambientalistas que promovem a disseminação do conhecimento sobre estas interações entre o homem e a biosfera.

Há muitas aplicações práticas da ecologia, como a biologia da conservação, gestão de zonas úmidas, gestão de recursos naturais (agricultura, silvicultura e pesca), planejamento da cidade e aplicações na economia.

A Ecologia tem uma complexa origem, em grande parte devido a sua natureza multidisciplinar. Os antigos filósofos da Grécia, incluindo Hipócrates e Aristóteles, foram os primeiros a registrar observações sobre história natural. No entanto, os filósofos da Grécia Antiga consideravam a vida como um elemento estático, não existindo a noção de adaptação. Tópicos mais familiares do contexto moderno, incluindo cadeias alimentares, regulação populacional e produtividade, não foram desenvolvidos antes de 1700. Os primeiros trabalhos foram do microscopista Antoni van Leeuwenhoek (1632–1723) e do botânico Richard Bradley (1688–1732). O biogeógrafo Alexander von Humboldt (1769–1859) foi outro pioneiro do pensamento ecológico, um dos primeiros a reconhecer gradientes ecológicos e fazer alusão às relações entre espécies e área.

No início do século XX, a ecologia foi uma forma analítica de história natural. Seguindo a tradição de Aristóteles, a natureza descritiva da história natural examina a interação dos organismos com o seu meio ambiente e

suas comunidades. Historiadores naturais, incluindo James Hutton e Jean-Baptiste Lamarck, contribuíram com obras significativas que lançaram as bases das modernas ciências ecológicas. O termo “ecologia” é de origem mais recente e foi escrito pelo biólogo alemão Ernst Haeckel no seu livro *Generelle Morphologie der Organismen* (1866). Haeckel foi um zoólogo, artista, escritor e professor de anatomia comparada.

Por ecologia entendemos o corpo de conhecimentos sobre a economia da natureza, da investigação das relações totais dos animais com o ambiente inorgânico e orgânico; incluindo, sobretudo, suas relações amigáveis e hostis com aqueles animais e plantas com as quais entram diretamente ou indiretamente em contato – em uma palavra, ecologia é o estudo de todas as complexas inter-relações referidas por Darwin como as condições da luta pela existência.

As opiniões divergem sobre quem foi o fundador da teoria ecológica moderna. Alguns marcam a definição de Haeckel como o início, outros atribuem a Eugenius Warming com a escrita de *Oecology of Plants: An Introduction to the Study of Plant Communities* (1895). A ecologia pode também ter começado com Carl Linnaeus, principal pesquisador da economia da natureza no início do século XVIII. Ele fundou um ramo de estudo ecológico que chamou de economia da natureza. Os trabalhos de Linnaeus influenciaram Darwin no *The Origin of Species* onde adota a frase de Linnaeus economia ou política da natureza. Linnaeus foi o primeiro a enquadrar o equilíbrio da natureza, como uma hipótese testável. Haeckel, que admirava o trabalho de Darwin, definiu ecologia com base na economia da natureza, o que levou alguns a questionar se a ecologia é sinônimo dos conceitos de Linnaeus para a economia da natureza.

A síntese moderna da ecologia é uma ciência jovem, que substancial atenção formal no final do século 19 e tornando se ainda mais popular durante os movimento ambientais da década de 1960, embora muitas observações, interpretações e descobertas relacionadas a ecologia estendem-se desde o início dos estudos da história natural. Por exemplo, o conceito de balanço ou regulação o da natureza pode ser rastreado até Herodotos (morto em 425 ac.), que descreveu mutualismo no Rio Nilo, quando crocodilos abrem a boca permitindo escolopácidos remover sanguessugas.

Contribuições mais ampla para o desenvolvimento histórico das ciências ecológicas, Aristóteles é considerado um dos primeiros naturalistas que teve um papel influente no desenvolvimento filosófico das ciências ecológicas. Um dos alunos de Aristóteles, Teofrasto, fez observações ecológicas sobre plantas e postulava uma postura filosófica sobre as relações autônomas entre as plantas e seu ambiente, que está mais na linha com o pensamento ecológico moderno. Tanto Aristóteles e Teofrasto fizeram observações detalhadas sobre as migrações de plantas e animais, biogeografia, fisiologia e seus hábitos no que poderia ser considerado um análogo do nicho ecológico moderno. Hipócrates, outro filósofo grego, também é creditado com referência a temas ecológicos em seus primeiros desenvolvimentos.

De Aristóteles a Darwin o mundo natural foi predominantemente considerado estático e sem mudanças desde criação original. Antes do livro *The Origin of Species* teve

pouca valorização ou entendimento das dinâmicas relações entre os organismos e suas adaptações e modificações relacionadas ao meio ambiente. Enquanto Charles Darwin é o mais conhecido por seus trabalhos em evolução, ele é também um dos fundadores de ecologia de solo. Em *The Origin of Species* Darwin faz nota a o primeiro experimento ecológico publicado em 1816. Na ciência que antecederam a Darwin a noção de evolução das espécies foi ganhando apoio popular. Este paradigma científico mudou a maneira que os pesquisadores se aproximaram das ciências ecológicas.

Após o século 20

Alguns sugerem que o primeiro texto ecológico (*Natural History of Selborne*) foi publicado em 1789, por Gilbert White (1720–1793). O primeiro livro ecológico da América foi publicado em 1905 por Frederic Clements. No livro, Clements passa a ideia que as comunidades de plantas são como superorganismos. Essa publicação lança o debate entre o holismo ecológico e individualismo que durou até a década de 1970. O conceito de Clements para superorganismo propõem quem os ecossistemas progridem por um regulado e determinado estágio de desenvolvimento, análogo ao estágios de desenvolvimento de um organismo, cujas partes função para manter a integridade do todo. O paradigma de Clements foi desafiado por Henry Gleason. De acordo com Gleason, comunidades ecológicas se desenvolvem a partir da associação única de organismos individuais. Essa mudança de percepção colocou o foco para as histórias de vida de organismos individuais e como isso se relaciona com o desenvolvimento de comunidades.

A teoria de superorganismo de Clements não foi completamente rejeitada, mas alguns sugerem que ela foi uma aplicação além do limite do holismo. Holismo continua a ser uma parte crítica da fundamentação teórica contemporânea em estudos ecológicos. Holismo foi primeiro introduzido em 1926 por uma polarizada figura histórica, um general da África do Sul chamado Jan Christian Smuts. Smuts foi inspirado pela teoria de superorganismo de Clements e desenvolveu e publicou o conceito de holismo, que contrasta com a visão política do seu pai sobre o Apartheid. Quase ao mesmo tempo, Charles Elton pioneiro no conceito de cadeiras alimentares no livro "Animal Ecology". Elton definiu relações ecológicas usando conceitos de cadeiras alimentares, ciclos de alimentos, o tamanho de alimentos, e descreveu as relações numéricas entre os diferentes grupos funcionais e suas relativas abundâncias. 'ciclos alimentares' foram substituídos por 'teias tróficas' em posteriores textos ecológicos um texto posterior ecológica.

Ecologia desenvolveu-se em muitas nações, incluindo na Rússia com Vladimir Vernadsky que fundou o conceito de biosfera na década de 1920 ou Japão com Kinji Imanishi e seu conceito de harmonia na natureza e segregação de habitat na década de 1950. O reconhecimento científico ou a importância das contribuições para a ecologia de outras culturas é dificultada por barreiras linguísticas e de tradução.

Níveis de organização, âmbito e escala da organização

Regeneração do ecossistema depois de perturbação como fogo, formando estrutura de mosaicos de diferentes idades na paisagem. Na figura estão diferentes estágios de ecossistemas florestais, iniciando de colonização pioneira em um local perturbado e maturando nos estágios sucessionais levando para uma floresta madura.

Como ecologia lida sempre com ecossistemas em mudança, por isso, tempo e espaço devem ser levados em conta quando são descritos fenômenos ecológicos. No que diz respeito ao tempo, pode levar milhares de anos para um processo ecológico amadurecer. O tempo de vida de uma árvore, por exemplo, pode passar através de diferentes estágios sucessionais até atingir a maturidade de uma floresta. O processo ecológico ainda é estendido mais ao longo do tempo até a árvore cair e decompor. Ecossistemas são também classificados em diferentes escalas espaciais. A área de um ecossistema pode variar muito, de muito pequeno a muito vasto. Por exemplo, várias gerações de um pulgão e seus predadores podem existir sobre uma única folha, e dentro de cada um destes pulgões podem existir diversas comunidades de bactérias. A escalada do estudo deve ser muito ampla para estudar árvores de uma floresta, onde vivem pulgões e bactérias. Para entender o crescimento das árvores, por exemplo, o tipo de solo, umidade, inclinação do terreno, abertura do dossel e outras variáveis locais devem ser examinadas. Para entender a ecologia de uma floresta, complexos fatores locais, como clima também devem ser levados em conta.

Estudos ecológicos de longo prazo promovem importantes registros para entender melhor os ecossistemas no espaço e no tempo. O International Long Term Ecological Network gerencia e faz intercâmbio de informação entre locais de pesquisas. O mais longo experimentos existente é o Park Grass Experiment que iniciou em 1856. Outro exemplo inclui o Hubbard Brook Experimental Forest em operação desde 1960. Em ecologia também é complicado o fato de que os padrões de pequena escala não necessariamente explicam os fenômenos de grande escala. Estes fenômenos operam em diferentes escalas no ambiente, que vão desde a escala molecular a escala planetária, e requerem diferentes conjuntos de explicação.

Para estruturar o estudo da ecologia em um quadro de entendimento o mundo biológico é conceitualmente organizado em uma estrutura hierárquica, variando de uma escala de genes, para células, tecidos, órgãos, organismos, espécies, até o nível de biosfera. Ecossistemas são primeiramente pesquisados em seus principais níveis de organização, incluindo:

- (1) organismos,
- (2) populações e
- (3) comunidades.

Ecólogos estudam ecossistemas por amostragem de certo número de indivíduos que representam uma população. Os ecossistemas consistem nas comunidades que entre elas e com o meio ambiente. E em ecologia, comunidades são criadas por interação de populações de diferentes espécies de uma área.

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – HISTÓRIA/GEOGRAFIA

Fontes históricas, periodização e elementos históricos (homem, cultura, espaço e tempo).....	01
Formação da sociedade brasileira – os elementos formadores do povo brasileiro: os indígenas, os portugueses, os africanos e os imigrantes.....	01
Diferentes manifestações culturais.....	14
Lei nº 10.639/03.....	15
Acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais dos diferentes períodos da História do Brasil (colonial, imperial e republicano).....	15
História do estado do Estado da Bahia (do século XVI aos dias atuais).....	31
Construção dos conceitos de tempo: duração, simultaneidade, posterioridade e anterioridade.....	31
Localização espacial: círculos terrestres, coordenadas geográficas, projeções cartográficas, pontos cardeais e colaterais. Representação do espaço e linguagem dos mapas: escalas, plantas e convenções cartográficas.....	34
Caracterização do espaço geográfico: relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação; transformações naturais e humanas.	38
Espaço brasileiro: população, urbanização, grandes divisões do espaço, recursos naturais, questão agrária e industrialização.	50
Espaço mundial: divisão internacional do trabalho, globalização e questão ambiental. Construção dos conceitos de espaço (relações topológicas, projetivas e euclidianas) e de grupos sociais.....	62
Posicionamento crítico para o desenvolvimento da cidadania.....	66

FONTES HISTÓRICAS, PERIODIZAÇÃO E ELEMENTOS HISTÓRICOS (HOMEM, CULTURA, ESPAÇO E TEMPO).

Conceito de História

História é uma ciência humana que estuda o desenvolvimento do homem no tempo. A História analisa os processos históricos, personagens e fatos para poder compreender um determinado período histórico, cultura ou civilização.

Principais objetivos

Um dos principais objetivos da História é resgatar os aspectos culturais de um determinado povo ou região para o entendimento do processo de desenvolvimento. Entender o passado também é importante para a compreensão do presente.

Fontes principais

O estudo da História foi dividido em dois períodos: a Pré-História (antes do surgimento da escrita) e a História (após o surgimento da escrita, por volta de 4.000 a.C).

Para analisar a Pré-História, os historiadores e arqueólogos analisam fontes materiais (ossos, ferramentas, vasos de cerâmica, objetos de pedra e fósseis) e artísticas (arte rupestre, esculturas, adornos).

Já o estudo da História conta com um conjunto maior de fontes para serem analisadas pelo historiador. Estas podem ser: livros, roupas, imagens, objetos materiais, registros orais, documentos, moedas, jornais, gravações, etc.

Ciências auxiliares da História

A História conta com ciências que auxiliam seu estudo. Entre estas ciências auxiliares, podemos citar: Antropologia (estuda o fator humano e suas relações), Paleontologia (estudo dos fósseis), Heráldica (estudo de brasões e emblemas), Numismática (estudo das moedas e medalhas), Psicologia (estudo do comportamento humano), Arqueologia (estudo da cultura material de povos antigos), Paleografia (estudo das escritas antigas) entre outras.

Periodização da História

Para facilitar o estudo da História ela foi dividida em períodos:

- Pré-História: antes do surgimento da escrita, ou seja, até 4.000 a.C.
- Idade Antiga (Antiguidade): de 4.000 a.C. até 476 (invasão do Império Romano).
- Idade Média (História Medieval): de 476 a 1453 (conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos).
- Idade Moderna: de 1453 a 1789 (Revolução Francesa).

- Idade Contemporânea: de 1789 até os dias de hoje.

Outras informações:

- O grego Heródoto, que viveu no século V a.C é considerado o "pai da História" e primeiro historiador, pois foi o pioneiro na investigação do passado para obter o conhecido histórico.

- A historiografia é o estudo do registro da História.

- O historiador é o profissional, com bacharelado em curso de História, que atua no estudo desta ciência, analisando e produzindo conhecimentos históricos.

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA – OS ELEMENTOS FORMADORES DO POVO BRASILEIRO: OS INDÍGENAS, OS PORTUGUESES, OS AFRICANOS E OS IMIGRANTES.

Não é difícil no Brasil depararmos com algumas situações que fogem às regras que sustentam o proceder burocrático. O patriarcalismo, o personalismo e o patrimonialismo fazem parte da cultura brasileira, esses aspectos se estabeleceram a partir da colonização portuguesa. Para tratar da temática foi feita uma pesquisa bibliográfica, na qual foram encontradas informações procedentes nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Jacob Gorender, Leo Huberman, Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro.

A partir do século XV com o intuito de tornar o Estado mais poderoso, como um todo, alguns países europeus transferiram para a esfera nacional as políticas que vinham sendo adotadas em suas cidades "Era preciso considerar não o que seria melhor para a cidade de Southampton ou a cidade de Lyons ou a cidade de Amsterdã, mas o que seria melhor para a Inglaterra, a França ou a Holanda".

Incentivada pela burguesia, em formação, as monarquias absolutistas desenvolveram políticas que facilitaram os negócios dentro de seus países, como a unificação de moedas e construção de estradas. Nesse período a riqueza e o poder de um país era proporcional à quantidade de ouro e prata que este tinha em seus cofres, pois esses metais, entre outras vantagens, facilitavam as trocas comerciais e não perdiam o valor. Algumas nações européias, com exceção da Espanha, que possuía colônias para suprir constantemente suas reservas de ouro e prata, tiveram que desenvolver medidas que assegurassem a permanência e o aumento do estoque desses metais. Foram decretadas leis que impediam a exportação de ouro e prata, os governos tinham também como prioridade, manter uma balança comercial positiva, sendo esta a principal forma de aumentar seus estoques "A única maneira de fazer com que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que grande quantidade de nossos produtos seja levada anualmente além dos mares e menor quantidade de seus produtos seja para cá transportada".

Na França, Colbert estimulou a indústria manufatureira, concedendo privilégios e ajudas em valor para quem quisesse abrir uma fábrica. Os produtos manufaturados possuíam maior valor agregado que os agrícolas, fato que favorecia a balança comercial dos países produtores nas trocas comerciais. Preocupada com a questão alimentar, a Inglaterra por sua vez também estimulou, através de prêmios, a produção de cereais. Além de alimento suficiente para o povo, essa preocupação era justificada em caso de guerra "Uma nação auto suficiente em alimentos durante uma guerra, e disposta de combatentes fortes e bem alimentados, era um dos principais objetivos das várias leis sobre cereais baixadas nos diferentes países". Tais políticas desenvolvidas por vários países, de incentivo à produção interna, voltadas ao comércio exterior, proporcionaram um grande impulso para desenvolvimento do sistema mercantilista.

As práticas mercantilistas, que se preocupavam somente com a prosperidade interna de um país em detrimento do outro, trouxeram instabilidade política à Europa "O fruto da política mercantilista é a guerra. A luta pelos mercados, pelas colônias- tudo isso mergulhou as nações rivais numa guerra após a outra. Algumas foram travadas abertamente como guerras comerciais".

Nesse contexto de expansão mercantilista ocorre também o desenvolvimento da marinha mercante, voltada para dois objetivos distintos, a defesa do país e ataque aos inimigos em casos de guerra, e na busca de novos mercados para seus produtos. Portugal e Espanha foram as nações pioneiras nas grandes navegações e descobertas de novas terras. A França, a Inglaterra e a Holanda se tornaram, posteriormente, em países com grande quantidade de colônias. A expansão marítima mercantil possibilitou a descoberta, no final do século XV, do que viria a se chamar de América. Portugal foi pioneiro nas descobertas das rotas alternativas, contornando o Cabo da Boa Esperança para negociar diretamente com os indianos. Os espanhóis por sua vez descobriram a América, colonizando grande parte do continente. Portugueses, ingleses, franceses e holandeses, posteriormente, também assentaram colônia neste continente. A relação entre a metrópole e a colônia sempre foi de dominação da segunda pela primeira. As metrópoles mantinham o monopólio das relações comerciais de suas colônias, evitando que estas mantivesse relações com outros países "A chave para compreender o atrito surgido entre a metrópole e as colônias está no fato de que enquanto a metrópole julgava que as colônias existiam para ela, estas julgavam que existiam para si mesmas".

O objetivo primeiro dos navegantes europeus era encontrar uma rota via ocidente para a Ásia. Em 1520 Magalhães "encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constituirá afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e se desprezará". Após a descoberta, e, conseqüente abandono da passagem, os navegantes dedicaram todas as suas forças à exploração do território. O ouro e a prata foram o grande estímulo para o estabelecimento da colonização espanhola na América, desde de parte da América do norte (México), passando pela América central até a América do sul.

Os aventureiros espanhóis tinham como objetivo principal a exploração de metais preciosos, para alcançar este fim eles realizaram um dos maiores genocídios da história, levando à cabo algumas civilizações, entre elas Astecas, Incas e Maias. A colonização inglesa, no norte da América, durante algum tempo, também teve um caráter exploratório, os itens lá extraídos eram peles e pescados. Mas essa colonização ficou marcada por outra característica: O povoamento. Devido às instabilidades político-religiosas e, às questões econômicas um grande contingente populacional se dirigiu à América a procura de liberdade e melhores condições de vida "É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções".

Como já foi exposta, a descoberta do Brasil pelos portugueses, não consistiu de uma empresa isolada de uma só nação. Esta fez parte de um amplo processo de expansão de mercado realizado, primeiramente, por portugueses, espanhóis e mais tarde por franceses, holandeses e ingleses "Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora".

Prado Júnior, aparentemente, faz uso do "método compreensivo" de Weber para a compreensão do sentido, da ideia principal que motivou a ação colonizadora na América. Salienta que devemos compreender a colonização brasileira a partir de uma visão mais abrangente e que "Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo". O sentido da colonização dos trópicos foi a exploração dos recursos naturais, em solos virgens americanos, voltados para o comércio do velho mundo. A grande extensão da propriedade rural, a monocultura e o uso da mão de obra escrava constituíram a estrutura agrária e social da colonização portuguesa no Brasil.

Ao passo que Prado Júnior procura um "sentido" para a colonização brasileira, Gilberto Freyre analisa como a família constituiu a instituição central da organização da sociedade colonial. Algumas características foram preponderantes para o estabelecimento, com êxito, dos portugueses no Brasil. Os elementos semitas herdados por alguns portugueses gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física ofereceram aos colonizadores portugueses algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência.

Acrescenta-se a isso a sua longa experiência nos trópicos proporcionada pelas navegações anteriores. Tais fatores contribuíram para a adaptabilidade do português aos trópicos americanos. A interrelação racial entre os portugueses e as índias, no início da colonização, foi crucial para assegurar a posse e a expansão do território brasileiro. Tal miscigenação se fez necessária devido a escassez da população portuguesa naquele período. Freyre ressalta também a aclimatibilidade dos portugueses ao clima tropical, fator favorável devido às semelhanças me-

sológicas entre Portugal e Brasil. “Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos”.

Portugal foi o pioneiro, entre as nações colonizadoras, a desenvolver um novo método de exploração das riquezas coloniais, da simples extração mineral, Portugal passou a produzir riquezas através do trabalho escravo nas grandes lavouras baseadas na monocultura. É no nordeste da colônia, na primeira metade do século XVI, que se desenvolve a família de base patriarcal, que alicerçado no braço do negro e nas plantações de cana, ditará os rumos políticos e econômicos e sociais da colônia por um longo tempo. Os senados de câmara são uma manifestação do poder político familiar, poder que se equipara ao da coroa. A partir de 1532 começa de fato o processo de colonização português, vindo as primeiras levas de famílias completas do reino, que junto com as famílias constituídas aqui, se dedicaram a cultivar as terras doadas pelo governo, desenvolvendo assim a base da família patriarcal. A família, não o indivíduo, nem tão pouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.

A riqueza proveniente da produção agrícola e do trabalho escravo propiciaram à família colonial uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou. Por outro lado unidade política estava assegurada pela língua e pela eligição em comum, juntando-se também a esse estavam as características físicas e climáticas brasileira. O clima não variando de norte a sul, nem da altitude máxima à mínima, o bastante para criar diferenças profundas no gênero de vida colonial, nem variando a qualidade física e química do solo ao ponto de estimular o desenvolvimento de duas sociedades radicalmente antagônicas nos interesses econômicos e sociais, venceu a tendência no sentido da uniformização.

A religião católica que durante a Idade Média atingiu seu ápice como instituição central da vida social, ditando as regras nos aspectos econômicos, morais, filosóficos, sociais e políticos, a partir do final do século XIII começa a perder força, tendo seus conceitos contestados pelos pensadores Renascentistas, que procuravam através do pensamento racional sistemático, inspirados nos pensadores clássicos gregos, uma forma alternativa à religiosa, de conceber o mundo. É nesse novo paradigma que se desenrola a colonização brasileira. O leve declínio do poder clerical pode ser percebido nos costumes e no arranjo social da colônia: “Nem era entre eles [os portugueses] a religião o mesmo duro e rígido sistema que entre os povos do Norte reformados mas sim uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: os bois entrando pela igreja para ser benzidos pelos padres; as mulheres estéreis indo esfregar-se, de saia levantada, nas pernas de São Gonçalo de Amarante.

São esses os fatos e circunstâncias que tornaram possível a prevalência da família patriarcal como instituição máxima da sociedade colonial. Buarque de Holanda desloca o foco de sua lente, em relação a Freyre, para analisar de outra perspectiva o mesmo objeto de estudo deste, que é, o colonizador português. Holanda ressalta como ideais dois tipos de colonizadores: o colonizador das áreas temperadas, que é o trabalhador, que procura alcançar suas metas através do trabalho árduo e lento; e o aventureiro, colonizador português, que visa a recompensa rápida sem muito esforço. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.

Diferentemente do tipo trabalhador que desenvolve seu ofício numa área limitada. Segundo Buarque de Holanda, houve no Brasil a predominância do tipo aventureiro, este fato contribuiu para moldar o comportamento da elite social brasileira, que encontra na distinção hierárquica e na apropriação do trabalho alheio alguns de seus traços característicos. Para o autor, a ânsia por um enriquecimento sem esforço, por títulos honoríficos, tão fácil de se perceber na população brasileira, são claras manifestações do espírito de aventura.

A partir do acúmulo de riquezas decorria, logo, a necessidade de adquirir um título de nobreza, essa distinção assegurava ao indivíduo, por exemplo, um cargo no serviço público, desta forma ascendendo na hierarquia social. Buarque de Holanda salienta ainda que esta não era a regra geral, visto que em Itú, no final do período colonial, eram todos nobres, apesar de exercerem a profissão de mecânico. A aversão, por parte dos aventureiros, pelo trabalho metódico, duro, repetitivo associado à lógica de menos esforço e mais dinheiro, são características que induziram esse colonizador a se apropriar do produto do trabalho de terceiros. Esses traços provocaram, ainda, impossibilidade de desenvolvimento de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio.

Outra prática recorrente entre os brasileiros bem colocado será a utilização dos chamados “negros de ganho” ou “moços de ganho”, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivos destes. Esses fatos denotam que a elite social brasileira herdou, e pôs em prática, o espírito aventureiro dos colonizadores portugueses. Todas estas características dos colonizadores ibéricos se associam a uma questão espacial, ao passo que o trabalhador se contenta em desenvolver sua atividade em um território restrito, limitado, o aventureiro deseja o horizonte, um território ilimitado, o além-mar para alcançar seus propósitos. Vimos como Buarque delineou o perfil do colonizador português no Brasil, homem aventureiro que busca recompensa fácil, não afeita ao trabalho sistemático de fruto demorado.

Dando continuidade ao raciocínio buarqueano, no quinto capítulo do mesmo livro ele analisa de que modo as relações desenvolvidas nas famílias oligárquicas atingiram a esfera pública, deixando-a marcada pelo personalismo e pela apropriação hierárquica dos cargos, com critérios pessoais de escolha, em vez da utilização de critérios impessoais e universais de direitos e deveres.

Buarque se reporta à mitologia grega para sedimentar seu ponto de vista, discorrendo sobre o antagonismo entre a vontade individual e as normas estatais, Antígona e Creonte, de Sófocles, passa a ideia dessa oposição. "Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polínice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria: E todo aquele que acima da Pátria Coloca seu amigo, eu o terei por nulo.

Mas no Brasil essa lógica não é levada em conta, com o crescimento das cidades e o desenvolvimento dos meios de comunicação, as práticas patrimonialistas antes desenvolvidas no meio rural, passa à vida urbana provocando um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje. A apropriação do público pelo privado, vai de encontro ao bom desenvolvimento do Estado moderno burocrático, que requer um trato impessoal com a coisa pública. Buarque lembra que o funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mais a frente esta questão será abordada com mais profundidade, através da obra de Faoro. O personalismo é outra característica do povo brasileiro analisada pelo autor, é opinião corrente entre os estrangeiros que por aqui baixam, que o brasileiro tem um jeito diferenciado de comportamento: hospitaleiro e generoso, tratando bem quem chega por aqui. O autor reflete que esse tipo não suporta o isolamento, ainda não aprendeu a conviver consigo mesmo "No "homem cordial", a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência.

Pode-se até fazer uma analogia com o estágio de desenvolvimento da nação, que ainda se encontra em sua infância, e o homem reflete essa infância em seu medo da solidão, deste modo o amadurecimento da nação representará à sua chegada à vida adulta. O que ocorre, segundo Buarque, à esse homem é a necessidade de logo estabelecer intimidade com o desconhecido, no campo da linguística essa necessidade de intimidade se encontra no emprego do termo "inho" no final das palavras, a religião não passou imune a esse hábito, nos nomes dos santos na forma diminutiva "Os que assistiram às festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, conhecem a história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo. No Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza. Essa aversão aos ritos, aos formalismos que pairam sobre os brasileiros anulou qualquer ímpeto de interferência social "Assim, nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade. Não admira pois, que nossa República tenha sido feita pelos positivistas, ou agnósticos, e nossa Independência fosse obra de maçons.

Faoro e Buarque dividem a mesma opinião no tocante as práticas patrimonialistas adotadas pelo funcionalismo público, Faoro por sua vez faz um estudo aprofundado dessa prática, e defende que as origens desse problema está associado ao antigo modelo lusitano de

centralização política. Faoro remonta ao surgimento do Estado português, salientando que os países Ibéricos se formaram através de guerras entre mouros e visigodos, tentando ocupar o vácuo deixado pelo Império Romano. Para enfrentar toda sorte de invasão e violência e, para nortear as ações do exército, constituiu-se um Rei. "Ainda uma vez a guerra, a conquista e o alargamento do território que ela gerou, constitui a base real, física e tangível, sobre que assenta o poder da Coroa. O rei, como senhor do reino, dispunha, instrumento de poder, da terra, num tempo em que as rendas eram predominantemente derivadas do solo.

O rei desta forma se torna dono das terras e chefe de guerras, já é perceptível nesse momento a apropriação pela coroa, na figura do rei, dos bens públicos, já havendo, nesse momento, uma confusão entre o público e o privado. Por volta do século XIV o rei já possuía mais terras que a coroa, o clero e a nobreza. Para manutenção do poder real, a coroa lançou mão de algumas estratégias como: a apropriação das terras conquistadas, a criação de um exército particular, unificação da moeda et cetera. Portugal mantinha seu sustento através dos tributos, que eram cobrados por funcionários do rei. No fim do século XIV a sisa, devida ao tesouro pelos consumidores na compra e venda e na troca de mercadorias, ocupa o primeiro lugar no orçamento, recaindo sobre toda a gente, nobres, eclesiásticos e plebeus, com o rompimento do privilégio da imunidade.

O autor nos traz alguns fatos que contestam a ideia do sistema feudal em Portugal: A unidade do comando político, no sistema feudal o poder era fragmentado; ausência de sobreposição de camadas sociais, no feudalismo haviam os senhores e os servos; terra como fonte de tributos, a terra no sistema feudal tinha somente a função de produzir itens; tendência mercantilista, a base econômica do feudo era somente a agricultura; administração consuetudinária. Após a descoberta do Brasil, a coroa portuguesa, ainda no século XIV, com o fito de incentivar a ocupação e a defesa das novas terras, criou as sesmarias, que eram que grandes lotes de terras, oferecidos aos portugueses que quisesse produzir e fazer a defesa dessas porções de terras, essa função administrativa ficou, primeiramente, a cargo de Afonso d'Albuquerque. "O sentido da colonização está claro: o povoamento como obra auxiliar da conquista. O casamento, com a assistência religiosa tornando-o estável, seria o núcleo da lealdade ao país, confundido, no ânimo cruzado dos portugueses, com a fé. A capitania era inalienável e indivisível, sujeita à sucessão mesmo de "fêmeas, bastardos, transversais e ascendentes", em desvio da lei mental. O "capitão e governador" representava os poderes do rei, como administrador e delegado, com jurisdição sobre o colono, português ou estrangeiro, mas sempre católico. As terras eram distribuídas aos moradores, que as deviam cultivar em certo prazo, sob o mesmo espírito da velha Lei das Sesmarias de dom Fernando.

Cabe destacar que Faoro compreende todos esses movimentos portugueses como decorrência da expansão mercantilista, levando em conta que os portugueses desenvolveram aqui, não mais simples feitorias, mas um novo modelo de exploração baseado na agricultura, como já foi exposto anteriormente. O modelo patrimo-